

**TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS
SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
COMPLEXO PORTUÁRIO INDUSTRIAL DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DA BARRA, RJ.**

BEATRIZ DE OLIVEIRA PIRES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CAMPOS DOS GOYTACAZES
JULHO DE 2009**

**TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS
SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
COMPLEXO PORTUÁRIO INDUSTRIAL DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DA BARRA, RJ.**

BEATRIZ DE OLIVEIRA PIRES

Dissertação Apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

ORIENTADOR: PROFº. MARCOS A. PEDLOWSKI

**CAMPOS DOS GOYTACAZES
JULHO DE 2009**

**TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS
SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
COMPLEXO PORTUÁRIO DA BARRA DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DA BARRA, RJ.**

BEATRIZ DE OLIVEIRA PIRES

Dissertação Apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

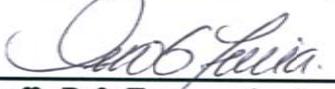
Aprovada em: 13/07/2009



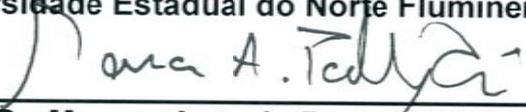
Prof.º Dr. Aristides Arthur Soffiati Netto (Doutor em História Social)
Universidade Federal Fluminense



Prof.º Dr. Guilherme da Silva Ribeiro (Doutor em Geografia)
Universidade Federal Fluminense



Prof.ª Dr.ª Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora em Estudos Urbanos)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof.º Dr. Marcos Antonio Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Orientador

Essa dissertação é dedicada aos meus pais, Celma e Jonas, por toda dedicação, amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para superar todas as minhas dificuldades e, muitas situações as quais não podia mudar e por ter chegado até aqui.

Agradeço ao meu orientador, o Profº Marcos A. Pedlowski por toda confiança, auxílio, respeito, estímulo, paciência e fundamentais contribuições na orientação deste trabalho.

Agradeço aos professores, Guilherme da Silva Ribeiro, Aristides Arthur Soffiati Netto, Teresa de Jesus Peixoto Faria, membros da banca examinadora, pelas importantes contribuições e sugestões para a finalização deste trabalho.

Agradeço a todos os professores e mestrandos do Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais, assim como todos os funcionários da UENF.

Agradeço aos meus colegas, Filipe Duarte, Felipe Medeiros, Maria Alice Terra, Diego Belo e Kíssila Neves pelos bons momentos de estudo e descontração desfrutados durante todo o tempo de convivência no LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico. Em especial a Claudiméia do Rosário, Ludmila Haddad e Júlio Cezar de Oliveira, colegas com quem compartilhei uma boa convivência no laboratório e durante o curso de Políticas Sociais.

Agradeço aos meus pais, Jonas e Celma, por toda compreensão e apoio e, as minhas irmãs, Nora Maria, Rosa Gabriela, Iracema e irmãos, Jonas, Antônio, Francisco e José Geraldo pela tolerância aos momentos difíceis que estiveram ao meu lado.

Agradeço pelo apoio e compreensão que obtive da Igreja, o que foi fundamental para que eu pudesse chegar ao final do curso.

Agradeço a todos os que contribuíram no fornecimento de dados se colocando à disposição para entrevistas e possibilitando a realização deste trabalho, em especial aos líderes comunitários das localidades estudadas, a Sra. Maria Aparecida Gomes, o Sr. Jeremias Peixoto da Silva e, ao superintendente regional do INEA, o Sr. René Justen.

E agradeço por fim a concessão de bolsa de estudos fornecida pela UENF, a qual foi imprescindível à realização deste trabalho e, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - AS DIFERENTES FORMULAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO E A TRAJETÓRIA BRASILEIRA	3
1.1 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO.....	3
1.1.1 <i>Os modelos lineares de desenvolvimento e de mudança estrutural: os exemplos de Walter Rostow e Arthur Lewis</i>	5
1.1.2 <i>O processo de desenvolvimento à luz dos modelos da dependência</i>	7
1.2 OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	9
1.2.1 <i>As principais teorias de desenvolvimento regional</i>	10
1.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO ENQUANTO UMA FORMA ALTERNATIVA DE ENTENDER A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	13
CAPÍTULO 2 - A INSERÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	19
2.1 LEGISLAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: UMA DIMENSÃO DO CONFLITO PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO.....	23
2.2 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICOS DA LOCALIZAÇÃO DE MEGA-EMPREENDIMENTOS NO LITORAL BRASILEIRO	25
2.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	27
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	29
3.1 – DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E MÉTODO DE AMOSTRAGEM	29
3.3.1 Evolução Histórica e Principais Características Fisiográficas do Município de São João da Barra.	29
3.1.3 <i>Características dos ecossistemas costeiros das regiões que compreenderão o Complexo Portuário do Açú</i>	34
3.2 O PROCESSO DE AMOSTRAGEM	36
3.3 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS	36
3.3.1 <i>Questionários</i>	36
3.3.2 – <i>Entrevistas</i>	37
3.3.3 <i>Distribuição amostral da população</i>	38
3.4 – Procedimentos analíticos	38

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1 PERFIL DEMOGRÁFICO, SÓCIO-ECONOMICO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LOCAL	39
4.2 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS NAS LOCALIDADES ESTUDADAS.....	44
4.2.1 <i>Principais problemas detectados nas localidades estudadas.</i>	46
4.3 A RELAÇÃO POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	49
4.4 A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS.....	51
4.5 CONTRASTANDO VISÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES TRAZIDAS PELO COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DO AÇU.....	54
4.5.1 <i>A visão dos empreendedores do Grupo EBX e da LLX</i>	54
4.5.2 <i>A Perspectiva do poder público municipal de São João da Barra</i>	56
4.5.3 <i>A atuação e iniciativas do INEA no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário do Açú</i>	58
4.6 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Plano Diretor do município de São João da Barra mostrando a área do empreendimento.	26
Figura 2 - Mapa de localização do município de São da Barra no estado do Rio de Janeiro.	29
Figura 3 - Mapa do município de São João da Barra mostrando as localidades da Barra do Açu, Mato Escuro e Água Preta.	32
Figura 4 - Número de pessoas morando neste domicílio.	42
Figura 5 - Renda familiar mensal (s.m).	44
Figura 6 - Proporção de domicílios dotados de água encanada e poço nas três localidades estudadas (%).	45
Figura 7 - Formas valorativas de lagoas e brejos existentes nas localidades do Açu e Água Preta.	49
Figura 8 - Responsabilidade pela solução dos problemas ambientais existentes na região do Açu (%).	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da aplicação dos questionários segundo as localidades estudadas.....	38
Tabela 2 - População de São João da Barra e dos distritos de Pipeiras e Barcelos.	39
Tabela 3 - Grau de instrução dos entrevistados (%).	40
Tabela 4 - Local de origem da população das localidades estudadas.	41
Tabela 5 - Estrutura dos domicílios.	42
Tabela 6 - Principais ocupações dos entrevistados (%).	43
Tabela 7 - Principais problemas afetando a qualidade de vida das comunidades.	46
Tabela 8 - Principais problemas ambientais ocorrendo nas comunidades estudadas.....	50
Tabela 9 - Nível de engajamento nas associações de moradores e suas atividades (%).	53
Tabela 10 - Atividades nas quais os entrevistados e parentes destes se enquadram nas obras do complexo portuário.	63

TRASFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO INDUSTRIAL DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, RJ.

Beatriz de Oliveira Pires

Orientador: Profº Dr. Marcos A. Pedlowski

RESUMO:

Um dos principais problemas que acompanham os processos de crescimento e desenvolvimento econômico é a ocorrência de impactos sociais e ambientais que degradam ecossistemas naturais, e forçam a remoção de populações que tradicionalmente habitam os locais onde são construídos mega-empreendimentos. Este trabalho apresenta os resultados de um estudo sobre as mudanças ocorrendo na região do Açú (5º Distrito do município de São da Barra/RJ) em função da implantação de um Complexo Portuário-Industrial pela MMX empresa pertencente ao Grupo EBX. O elemento central da investigação deste estudo foi verificar o tratamento dado pelo poder público à participação da população e da sociedade civil organizada na definição de medidas voltadas para minimizar os riscos associados a este mega-empreendimento. Além disso, a pesquisa procurou verificar ainda o posicionamento existente nos grupos que tradicionalmente habitam aquela região em termos das principais mudanças que estão ocorrendo em seu cotidiano em função do início das obras de implantação deste complexo. Segundo o que alardeiam os idealizadores deste empreendimento, toda a região alcançará um grande desenvolvimento econômico em poucos anos tendo em função dos investimentos que ali serão realizados. No entanto, os resultados deste estudo mostram que as populações tradicionais, que habitam esta região já estão sendo diretamente afetados pela construção deste mega-empreendimento, mas de uma forma onde os aspectos negativos parecem superar os positivos. Finalmente os resultados deste estudo indicam que a falta de organização social aliada à ausência de políticas efetivas de desenvolvimento local poderão acarretar um processo que contribuirá principalmente para a degradação socioambiental da região.

Palavras-chave: complexo portuário-industrial, desenvolvimento local, meio ambiente, degradação, socioambiental.

THE IMPÁCTS OF THE PRODUCTIVE TRANSFORMATION OF RURAL SPACES ON THE LOCAL POPULATION. AN ANALYSIS OF THE AÇU INDUSTRIAL AND HARBOR COMPLEX IN THE MUNICIPALITY OF SÃO JOÃO DA BARRA, RJ.

Beatriz de Oliveira Pires

Advisor: Prof^o Dr. Marcos A. Pedlowski

ABSTRACT:

One the major problems associated to the processes of growth and economic development is the occurrence of socioenvironmental impacts that degrade natural environments and force the displacement of the local human population. This work presents the results of a research carried out in the Açú region (Fifth District of the São João da Barra municipality). The goal of this study was to verify the treatment given by the State regarding the participation of the population and civil society organizations in the definition of measures intended to minimize the risks associated to the construction of the Açú Industrial and Harbor Complex by the EBX Group. In addition, this study was designed to verify the impressions prevailing in the local population regarding main changes occurring in their lives because of the construction of the Açú Complex. Contrasting to the ideas disseminated by the supporters of this mega enterprise, for the local population the negative impacts outweigh the positive. Finally, the results of this study indicate that the lack of social organization associated to the absence of policies oriented towards local development will probably result in an increase in the process of socioenvironmental degradation in the Açú region.

Keywords: industrial-harbor complex, local development, environment, degradation, socioenvironmental.

INTRODUÇÃO

Segundo Jacobi (2000) os diferentes paradigmas de desenvolvimento econômico adotados após a Revolução Industrial resultaram num efetivo distanciamento entre a formulação e execução das políticas públicas e medidas de proteção socioambiental. De forma complementar, Sabatini (2001) aponta que a preponderância dos elementos econômicos sobre outros aspectos do processo de desenvolvimento econômico acabou agravando os problemas de natureza socioambiental, pois a falta de políticas públicas adequadas e eficientes para permitir uma melhor distribuição da renda acabou contribuindo para que as populações historicamente marginalizadas fossem submetidas a um processo cada vez mais profundo de exclusão social.

Apesar disto, Rigotto (2002) argumenta que apenas nas últimas décadas do século XX é que os problemas socioambientais causados por projetos de desenvolvimento econômico passaram a ser encarados como uma ameaça à sustentação da sociedade humana. No entanto, Bradenburg (2005) ressalta que a discussão a respeito da problemática ambiental continua enfrentando uma série de barreiras que vão desde as questões de ordem econômica até problemas de natureza política, ideológica, social e ambiental que se relacionam aos interesses conflitantes de diferentes grupos sociais. De forma adicional, Veiga (2005) afirma que a adoção de estratégias voltadas para atender o objetivo de conciliar os esforços de conservação de sistemas naturais, enquanto estratégia que visa manter a capacidade das futuras gerações de desfrutarem de um nível de existência social e ambientalmente sustentável é envolta por aspectos bastante complexos.

Neste sentido, Veiga aponta que a procura de garantias para uma sobrevivência socialmente justa (i.e.; liberdade, direitos civis, acesso aos serviços de educação e saúde etc.) tende a criar conflitos sociais no processo de aplicação dos modelos tradicionais de desenvolvimento, visto que os paradigmas dominantes ampliam os efeitos dos problemas ambientais globais, e realizam uma distribuição diferenciada de seus efeitos dentro da sociedade humana.

Assim, é a partir deste debate entre as interfaces existentes entre o processo de desenvolvimento econômico e suas conseqüências socioambientais negativas, que está inserido o presente estudo, tendo como objeto de estudo o Complexo Portuário Industrial do Açú, que está sendo instalado no município de São João da

Barra, que se localiza na região norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Um elemento central deste estudo foi a investigação acerca da percepção existente da população habitante do entorno deste empreendimento em termos das conseqüências sócio-econômicas e ambientais que deverão acompanhar a construção e funcionamento deste complexo. Por outro lado, houve um esforço de compreender as posições adotadas pelo poder executivo municipal e por agências governamentais acerca da mitigação das mudanças que deverão ocorrer naquela região em função da instalação deste complexo portuário-industrial, tanto no âmbito dos ecossistemas naturais quanto das populações que ali habitam tradicionalmente.

Para orientar a coleta de dados empíricos foram desenvolvidas as seguintes questões de pesquisa

- Até que ponto o processo de implantação do Complexo Portuário Industrial do Açu internaliza preocupações com a proteção de ecossistemas naturais e populações que tradicionalmente residem na região da Barra do Açu?
- A participação do poder público municipal na viabilização de empreendimentos como o Complexo Portuário do Açu é suficiente para criar desenvolvimento de caráter local?

ESTUTURA DO TRABALHO

O Capítulo I aborda as principais linhas de análise do conceito de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento regional e local, concentrando, também, esforços no sentido de identificar as diferentes formulações sobre o desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil.

O Capítulo II revisa a inserção da problemática ambiental no processo de desenvolvimento econômico.

O Capítulo III é referente à metodologia adotada na realização deste trabalho, apresentando os métodos e processos de coleta de dados e os procedimentos analíticos utilizados.

E finalmente o Capítulo IV trata da discussão e análise dos resultados obtidos no trabalho de campo.

CAPITULO 1 - AS DIFERENTES FORMULAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO E A TRAJETÓRIA BRASILEIRA

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura acerca dos diferentes paradigmas existentes acerca do conceito de desenvolvimento econômico que foram desenvolvidos ao longo do século XX. Desta forma, com a finalidade de abranger o maior número possível de idéias no que tange à complexidade do conceito de desenvolvimento, dentro dos limites que esta dissertação impõe, foram apresentadas diferentes teorias construídas para guiar os esforços dirigidos ao desenvolvimento econômico. Assim sendo, a primeira parte deste capítulo trata da importância do desenvolvimento econômico na concepção clássica, enquanto que, na segunda parte, é feita uma abordagem dos princípios básicos da Teoria do Desenvolvimento, enquanto que, na terceira parte, foram abordadas as diferentes teorias em relação à dependência e ao modelo centro-periferia.

A preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes mais profundas exatamente na origem da ciência econômica. Ainda que de maneira preliminar, nos escritos clássicos de Adam Smith, (1776) e David Ricardo (1817), o desenvolvimento era visto como uma questão fundamental. Segundo Mantega (1998), em sua obra "A Riqueza das Nações", Adam Smith estabeleceu princípios para que a análise do valor, dos lucros, dos juros, da divisão do trabalho e das rendas das terras fosse feita para além das noções de crescimento econômico.

Deste modo, o conceito de desenvolvimento econômico, na teoria clássica, surgiu do estudo de como conseguir manter a ordem econômica através do liberalismo e da adoção das inovações tecnológicas provenientes da Revolução Industrial. Assim, a Escola Clássica, caracteriza-se pela procura do equilíbrio do mercado (oferta e procura), pelo ajuste de preços, pela não intervenção do estado na atividade econômica, predominando a atuação da "ordem natural" e pela satisfação das necessidades humanas através da divisão do trabalho (Mantega, 1998).

1.1 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO.

Segundo Haffner (2007), a teoria do desenvolvimento econômico teve a sua origem nas décadas de 40 e 50 do Século XX, período que coincide com o fim da Segunda Guerra mundial, momento em que a maioria dos países do mundo passava

por um esforço de reconstrução. Neste contexto, Haffner sugere que teriam surgido importantes mudanças nos conceitos de crescimento econômico (relacionado de forma direta aos resultados econômicos das finanças do Estado) e o de desenvolvimento (relacionado aos benefícios trazidos pelo processo de crescimento econômico no bem-estar da população). A Teoria do Desenvolvimento surgiu então apoiada principalmente nas idéias de Joseph Schumpeter e Allyn Young.

Em 1905, Schumpeter publicou a obra intitulada “*A Teoria do Desenvolvimento Econômico*”, onde afirmava que o Capitalismo não seria estático, acomodado em eterno equilíbrio, mas sim um sistema econômico dinâmico, cujo funcionamento seria freqüentemente modificado por inovações tecnológicas, que possibilitariam a ocorrência de saltos de produtividade, a existência de novas combinações de fatores de produção e, conseqüentemente, de novos produtos. Silva (2005) argumenta que, nesta obra, ficou apontada a existência de uma separação entre as noções de crescimento, que se referia basicamente ao aumento quantitativo da produção, e de desenvolvimento econômico, que representaria uma mudança no cerne do sistema produtivo, que seria resultado de uma mudança radical na configuração do sistema de produção industrial.

Deste modo, Silva afirma que, para Schumpeter, o processo de desenvolvimento econômico resultaria de mudanças revolucionárias no bojo do sistema produtivo. Além disso, Mantega (1998) argumenta que Schumpeter acreditava que o desenvolvimento econômico surgia de dentro da esfera econômica através das inovações geradas e difundidas pelos agentes econômicos, Assim sendo, Mantega sugere que, para Schumpeter, as inovações seriam o motor dos processos de mudança que contribuem para o desenvolvimento capitalista, ao causar uma ruptura no equilíbrio que eventualmente ocorre entre diferentes agentes econômicos, contribuindo assim para um aumento da produção.

De forma adicional, Accorsi (2007) destaca que, na concepção de Schumpeter, a tecnologia teria um papel preponderante na indução do processo de desenvolvimento econômico, visto que a inovação tecnológica só poderia promover desenvolvimento quando profundamente inserida no sistema econômico, cabendo ao empresário tido como inovador a função de iniciar o processo de mudança. Neste sentido, Accorsi aponta ainda que, para Schumpeter, o sistema financeiro viabiliza a difusão das inovações através do provimento do capital necessário para a realização dos empreendimentos inovadores

Aliadas às idéias de Schumpeter, somam-se também as contribuições de Allyn Young que, em seu clássico artigo publicado em 1928 sob o título “Os retornos crescentes do desenvolvimento econômico”, procurou demonstrar o efeito cumulativo dos investimentos produtivos. Young postulava que o encadeamento de empreendedores, onde haveria um processo de criação de facilidades e aberturas de oportunidades, resultaria numa sucessão de vantagens recíprocas e na criação de economias externas. Mantega (1998) argumenta que, na visão de Young, estas economias externas, ao contribuir para a diminuição do custo de certas matérias-primas, dos serviços de transportes e infra-estrutura básica (energia elétrica, pavimentação, saneamento básico etc.) produziram rendimentos crescentes, tornando-se, assim, um fator decisivo para a realização de novos empreendimentos.

Deste modo, Mantega sugere que, para Young, o processo de desenvolvimento seria uma decorrência do progresso tecnológico materializado na forma de novos produtos e métodos de produção, que contribuiriam para um aumento da importância da especialização do trabalho e do capital humano. De forma complementar, Silva (2005) argumenta que Young incluía em sua receita de desenvolvimento, elementos como a importância do progresso tecnológico no desenvolvimento de novos métodos de produção, e da importância da especialização do trabalho e do capital humano.

1.1.1 Os modelos lineares de desenvolvimento e de mudança estrutural: os exemplos de Walter Rostow e Arthur Lewis

Segundo Accorsi (2007), o processo de desenvolvimento econômico, para Walter Rostow, seria alcançado a partir de um processo composto por cinco estágios (i.e.; a sociedade tradicional; o período da criação das pré-condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade, e a era do consumo em massa). Para Rostow, sociedades cujas economias ainda dependessem de uma agricultura tradicional estariam na primeira fase do processo de desenvolvimento, tendo que passar por um ciclo de acumulação e diversificação das atividades produtivas, que gerariam as condições para o “*Take-off*” (decolagem), onde haveria o aumento da taxa de investimento líquido produtivo, cujo resultado seria o crescimento da produção industrial com efeitos dinamizadores sobre outros setores da economia. Na fase seguinte, aumentaria o nível de desenvolvimento tecnológico na indústria e os serviços se tornariam a principal atividade econômica.

A partir desta fase é que se instalaria a fase suprema do desenvolvimento, que seria marcado pela dinamização da economia e da difusão do consumo em massa de produtos e serviços. Segundo Todaro e Smith (2006), no modelo de Rostow, estava implícita a idéia de que todos os países do mundo poderiam alcançar a fase suprema do processo de desenvolvimento econômico, desde que fossem estabelecidas as condições de poupança e de atração de capital para alavancar o processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Silva (2005), em meados da década de 50, Arthur Lewis desenvolveu um modelo 'bissetorial' voltado para alavancar a acumulação combinada de capital e crescimento econômico para que as economias dos países periféricos pudessem aumentar o seu nível de desenvolvimento. No trabalho intitulado "*A Teoria do Crescimento Econômico*", publicado em 1954, Lewis sugeria que a acumulação de diferentes tipos de capital (econômico, humano, institucional) deveria ser vista como um fator primordial para o processo de crescimento econômico.

O modelo proposto por Lewis supunha ainda a existência de uma economia composta por apenas dois setores: o primeiro onde predominariam atividades de subsistência de natureza agrícola, com abundância de mão-de-obra e salários baixos, e o segundo formado pelas atividades industriais onde haveria carência de mão-de-obra. Neste modelo, a taxa de transferência do excedente de mão-de-obra disponível no primeiro setor associada a um conseqüente crescimento do setor industrial determinariam o nível de desenvolvimento econômico. Silva aponta que, para Lewis, o ritmo do desenvolvimento econômico seria determinado pelo nível de poupança, pela formação de um necessário aparato institucional e à difusão do conhecimento tecnológico aos diferentes agentes econômicos.

Segundo Todaro e Smith (2006), o modelo de Lewis acabou sendo criticado em função de suas premissas consideradas excessivamente otimistas na capacidade de acumulação que seria alcançada com a modernização da economia, bem como nos aspectos relacionados à criação de empregos e salários mais altos nas áreas urbanas. Neste sentido, Todaro aponta que o modelo de mudança estrutural proposto por Hollis Chenery incluía um conjunto de mudanças estruturais no funcionamento da economia, incluindo alterações nas formas de produção e no uso de recursos naturais, nos tipos de demanda por parte dos consumidores, bem como mudanças nas taxas de urbanização.

1.1.2 O processo de desenvolvimento à luz dos modelos da dependência

Em contraposição aos modelos de desenvolvimento neoclássicos, houve ainda a produção de modelos que enfatizavam o papel da herança colonial na manutenção de diferentes níveis de desenvolvimento na economia mundial. Um destes modelos originou-se a partir das pesquisas realizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Os primeiros trabalhos da CEPAL procuraram diagnosticar os entraves ao desenvolvimento econômico dentro dos países latino-americanos.

De acordo com Sicsú et al (2005), a estratégia desenvolvimentista dos anos 1950 na América Latina foi fortemente influenciada pelo “pensamento cepalino”. Sicsú et al (2005), também, apontam que os teóricos da CEPAL defendiam que a industrialização seria o único meio pelo qual os países latino-americanos poderiam captar, de forma mais plena, os frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida da população. No entanto, estes defendiam a adoção de medidas governamentais, em particular, o planejamento estatal e o protecionismo, visando à substituição de importações.

Por outro lado, Silva (2003) afirma que, nas teses da CEPAL, estava explícita a idéia de que, em função da maioria dos países da América Latina produzir basicamente gêneros alimentícios e matérias primas, o progresso técnico gerado nos países industrializados não era assimilado no interior de suas economias. Silva (2003) argumenta, ainda que Raul Prebisch, um dos principais teóricos cepalinos da década de 60, ao analisar a evolução dos preços dos produtos agrícolas e industriais entre 1880 a 1945, detectou a existência de uma contínua deterioração das relações de troca entre estas duas categorias, que beneficiava os países exportadores de bens industriais. Esta situação implicava, para Prebisch, no aparecimento de uma condição de subdesenvolvimento, que seria então causada essencialmente pela existência de fatores endógenos (e.g.; concentração fundiária, o pequeno mercado interno e a alta taxa de crescimento demográfico) que, combinados, criariam uma série de barreira para o processo de desenvolvimento. Além disso, a estrutura social dos países subdesenvolvidos, tida como atrasada e retrógrada, resultaria num bloqueio à livre iniciativa, desestimulando a acumulação de capital e expandindo o consumo supérfluo.

Por a industrialização promovida ter sido baseada em uma alta relação capital/trabalho, as altas taxas de desemprego foram mantidas. Uma explicação para a manutenção destas elevadas taxas é a importação de técnicas produtivas oriundas de países com oferta restrita de mão-de-obra. Para Prebisch (1949), a condição de subdesenvolvimento seria, em função disto, e, perpetuada pelo aumento da influência do capital industrial, que acabariam por aniquilar as possibilidades de desenvolvimento de organizações nacionais, muitas vezes utilizando o aparato governamental para concretizar aspirações de seus interesses.

Outro autor de extrema importância dentro do pensamento cepalino foi Celso Furtado. Este apontava que o subdesenvolvimento seria um processo em “si mesmo”, que tenderia a se perpetuar, não sendo assim uma simples “etapa de desenvolvimento” pela qual passam naturalmente todas as economias nacionais. Em sua obra intitulada “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, publicado em 1961, Furtado (1961), argumentava que o desenvolvimento consistiria em um processo de modernização tanto em relação à produção quanto em relação às formas sociais de convivência, envolvendo mudanças nos âmbitos produtivos e técnicos, que causariam uma reestruturação do mundo rural e a proeminência dos aparatos urbanos, que, em última instância, resultaria numa modificação dos processos de acumulação e distribuição do capital.

Por outro lado, Furtado (1974) criticou os que propunham impor um modelo de desenvolvimento econômico aos países de capital periférico nos moldes do que estava sendo praticado nos países centrais, visto que o modelo da economia em expansão destruiria e degradaria os sistemas naturais em larga escala, além de criar a ilusão de que o simples crescimento da economia representaria desenvolvimento. Neste aspecto, a perspectiva de Furtado, acerca da tensão desenvolvimento-subdesenvolvimento, associava destruição ambiental à ampliação do processo de dependência econômica e o modelo de crescimento predatório que esta ensejava. Silva (2003) aponta que as principais contribuições de Furtado às abordagens cepalinas ocorreram principalmente em três aspectos: a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda, e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas. Além disso, Silva considera que uma contribuição teórica importante de Furtado foi sua ênfase no aspecto regional como um fator limitante para a formulação de um projeto nacional-integrado de desenvolvimento.

1.2 OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Segundo Saraceno (2008), até a década de 1940, as formulações em torno do desenvolvimento regional estavam restritas à teoria da Localização das atividades econômicas e seus desdobramentos, limitando-se especificamente em explicar os fatores determinantes da distribuição espacial das atividades industriais. No entanto, após a II Guerra Mundial houve o desenvolvimento de um conjunto de modelos de planejamento e de crescimento regional que se basearam nas concepções de fatores locacionais com ênfase na industrialização; nas etapas do desenvolvimento econômico; na idéia das vantagens regionais e do comércio; e na noção de atividade motriz e desenvolvimento regional polarizado. Desta forma, estes modelos buscavam a superação das desigualdades econômicas regionais.

Amaral Filho (2001) destaca que, em décadas mais recentes, as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, provocadas, por um lado, pelo declínio de regiões industriais tradicionais e, de outro, pela emergência de novas regiões industriais, onde foram adotadas estratégias de desenvolvimento voltadas para a criação de efeitos multiplicadores. Por outro lado, Amaral Filho afirma que o conceito de desenvolvimento regional reflete uma necessidade real de gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento regional se apresenta como um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades” regionais para a execução de mudanças voltadas para aumentar oportunidades sociais e a melhorar condições de vida no plano local, tendo como base a participação da sociedade na execução do processo.

Souza (1999) argumenta ainda que desenvolvimento regional deve ser entendido como uma especificação do conceito de desenvolvimento, mas onde são realçados os resultados das políticas de desenvolvimento global em escalas menores, de modo a informar o processo de planejamento em termos do atendimento dos seus objetivos de uma forma mais racional e equilibrada no que tange à utilização e dinamização de um dado território (Souza, 1999). Por outro lado, Oliveira e Lima (2003) afirmam que a obtenção do desenvolvimento regional depende da conciliação das políticas nacionais com objetivos locais.

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento local engloba um conjunto de estratégias que visam garantir a obtenção de melhorias das condições sócio-econômicas a médio e longo prazo ao nível da escala geográfica mais próxima (i.e.;

municípios, comunidades). Souza (1999) argumenta que a partir de um tratamento mais endógeno da problemática do desenvolvimento, este conceito incorpora a noção de desenvolvimento, que depende do aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais, pressupondo a participação ativa de todos os atores envolvidos, com base na articulação dos diversos atores presentes e das diferentes esferas de poder (Estado e sociedade civil).

1.2.1 As principais teorias de desenvolvimento regional

As teorias clássicas de desenvolvimento regional fundamentavam-se na tradição Keynesiana, que foi hegemônica durante toda a década de 1950. Entre as principais teorias formuladas neste período para fomentar o desenvolvimento estão a de Base de Exportação e a de Difusão seus principais exemplos. Segundo Oliveira e Lima (2003), a Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento. O crescimento, nesta teoria, depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. As atividades básicas vendem seus produtos em outras regiões, sendo, portanto, a força motriz da economia. As atividades complementares dão suporte às atividades básicas. Enquanto isto, a Teoria da Difusão propunha que o desenvolvimento se dá a partir do processo de industrialização e da concentração deste tipo de atividades em número reduzido de grandes centros urbanos, de onde são irradiados seus efeitos dinamizadores para outras regiões.

Cima e Amorim (2007) afirmam que, em comum, estas teorias trazem a noção de que a região passa a existir para o resto do mundo a partir do momento em que inicia a comercialização de seus produtos para além de suas fronteiras, e que seu crescimento/desenvolvimento se dará em função dos graus de dinamismo das exportações e de difusão desse dinamismo para o resto de sua economia. As teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, geralmente, denotam a idéia da existência de uma força motriz de caráter externo que seja capaz de influenciar de forma encadeada o processo de crescimento econômico. Em linhas gerais, esta forma de visualizar o desenvolvimento regional ficou conhecida através do paradigma “centro-abaxio” devido à presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais.

Outra teoria regional importante é a chamada Teoria da Causação Circular e Acumulativa, que foi desenvolvida na década de 60 por Gunnar Myrdal (Oliveira e Lima, 2003). De acordo com Myrdal, as transformações sociais e econômicas não tendem a um processo de equilíbrio, mas, pelo contrário, conduzem o sistema com mais intensidade no sentido da mudança original. Além disso, Myrdal postulava que os mecanismos da causação circular e acumulativa poderiam ser propulsores ou regressivos. Neste sentido, os efeitos induzidos de expansão ou “efeitos propulsores” (i.e.; sistemas de transporte, meios de comunicação, redes de distribuição, eletricidade, difusão de inovações tecnológicas) contribuiriam para o progresso econômico, enquanto que os “efeitos regressivos” (que na prática se referem à ausência dos elementos propulsores) agiriam no sentido reverso. Assim sendo, as regiões com maior desenvolvimento gerariam fortes efeitos propulsores, enquanto aquelas marcadas pela estagnação e pelo atraso seriam responsáveis pela disseminação de efeitos regressivos.

A Teoria dos Pólos de Crescimento é oriunda dos trabalhos desenvolvidos ao longo da década de 70 por François Perroux (Cima e Amorim, 2007). Perroux considerava que o crescimento de uma dada economia seria o resultado da presença de empresas motrizes, que dinamizariam a atividade econômica, gerando externalidades positivas para a região geográfica em que estivessem localizadas. De acordo com Cima e Amorim (2007), a Teoria dos Pólos de Crescimento enfatiza o papel das forças internas de crescimento. (i.e.; recursos naturais, mercado interno, desenvolvimento tecnológico, e existência de estrutura industrial). Neste caso, a ação agregada de indústrias que difundam os efeitos de difusão tecnológica contribui para o aumento do emprego e, conseqüentemente, para um maior nível de desenvolvimento regional. Tais pólos surgiriam em torno de aglomerações urbanas importantes, que estejam relativamente próximas das grandes fontes de matérias-primas, bem como de locais de passagem de fluxos comerciais significativos, ou ainda no entorno de uma grande região agrícola (Cima e Amorim, 2007).

Por outro lado, Perroux reconhecia que, no processo de desenvolvimento através da polarização, ocorre, inicialmente, um crescimento econômico localizado, que não seria assim disseminado em toda a região. No entanto, a própria difusão da tecnologia contribuiria para a disseminação dos ganhos, transmitindo o crescimento (Cima e Amorim 2007). De forma mais específica, Souza (1999) esclarece que, para Perroux, o crescimento seria difundido da região pólo para outras regiões através de

canais de integração, tais como meios de transporte e de comunicação, e das atividades comerciais. Assim, uma região se tornaria um pólo de desenvolvimento quando pudesse provocar transformações estruturais na economia em que estivesse inserida (Souza, 1999).

Ainda na década de 70 do Século XX foi formulada a Teoria dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que apontava que a partir da agregação de um conjunto específico de atividades econômicas haveria um aumento no processo de interação entre agentes econômicos. De acordo com Borin (2006), a existência de um APL seria possível através da aglomeração de um número significativo de empresas que atuassem numa mesma atividade produtiva principal. De forma adicional, Lastres (2007) argumenta que um APL viria a ser um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais, públicos ou privados, que estejam localizados numa mesma região, e que estejam operando em atividades correlacionadas com vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

Neste contexto, os arranjos produtivos deveriam ser implantados a partir de uma articulação ampla dentro dos interesses e prioridades entre os agentes nacionais, regionais e locais. Com isso, a noção de território¹ é fundamental para a definição de onde devem ser localizados os Arranjos Produtivos Locais, visto que estes devem manter ou ter a capacidade de promover uma convergência nas ações existentes em torno do processo de desenvolvimento, viabilizando o estabelecimento de parcerias e compromissos que possam manter o nível de investimentos no interior do próprio território, de modo a promover a integração sócio-econômica no âmbito local. A abordagem dos APLs tem sido considerada uma importante forma de promoção do desenvolvimento regional, já que estes são vistos como sendo efetivos nas ações de compartilhamento de características comuns, que terminam contribuindo para a ocorrência de processos de cooperação e interação entre os diferentes atores envolvidos (Gomes e Pizaia, 2006).

¹ Os territórios são, essencialmente, o resultado de formas específicas de interação social, que implicam cooperação e conflito, ou da capacidade dos indivíduos, empresas e organizações locais de promover vínculos dinâmicos, capazes de valorizar os sistemas naturais herdados, os objetos técnicos e culturais historicamente construídos e, também, as tramas sociais e políticas.

1.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO ENQUANTO UMA FORMA ALTERNATIVA DE ENTENDER A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Em que pese à proeminência da variável econômica nas formulações dominantes acerca do processo do desenvolvimento, durante as últimas décadas do século XX, apareceu uma série de questionamentos acerca desta primazia. Neste sentido, Sen (2000) argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos de uma sociedade devem desfrutar. Estas liberdades dependeriam da existência de outros fatores, tais como os dispositivos sociais (e.g.; serviços de educação e de cuidados com a saúde), bem como aqueles relativos ao exercício pleno de direitos políticos e cívicos.

Neste sentido, Sen argumenta que o alcance de um modelo mais inclusivo de desenvolvimento requereria a eliminação dos principais tipos de restrições ao exercício pleno da liberdade, entre os quais se destacariam a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas e a condição de privação social. Esta forma de ver o processo de desenvolvimento como algo que extrapola o horizonte econômico para englobar direitos da cidadania recebeu o rótulo de “desenvolvimento humano”. Sen (1989) definiu Desenvolvimento Humano como sendo um processo de expansão das escolhas dos indivíduos (Sen, 1989).

Para Fukuda (2002), o principal objetivo no desenvolvimento humano seria a ampliação da autonomia humana, que seria tornada possível pela expansão das oportunidades e das capacitações humanas. Assim considerado, o desenvolvimento significa remover os obstáculos para fazer aquilo que uma pessoa pode fazer na vida, tais como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos, ou ausência de liberdades civis e políticas. Fukuda salienta que a perspectiva do desenvolvimento humano contém duas teses principais sobre o lugar das pessoas no interior do processo de desenvolvimento econômico: a primeira coloca a melhoria da condição de vida dos indivíduos de uma dada sociedade como um objetivo explícito do desenvolvimento, enquanto a segunda se refere ao que estes mesmos indivíduos podem fazer para que essas melhorias sejam alcançadas.

Fukuda afirma ainda que, apesar do desenvolvimento humano compartilhar com outros modelos de desenvolvimento, a tese de que o investimento em serviços de educação e saúde é um instrumento poderoso para que seja alcançado o progresso econômico e social; esta abordagem se distingue das demais ao ressaltar

o papel da agência humana no processo de mudança política, e ao ressaltar os direitos de todos os indivíduos no processo de desenvolvimento.

1.4 AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL

Segundo Saes (2008), a primeira fase de industrialização brasileira ocorreu no estado de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, a partir de um esforço liderado pelo Barão de Mauá, cujo intuito era produzir um conjunto de bens cujo consumo estava associado à chegada dos imigrantes europeus ao centro-sul do Brasil; bens estes que seriam de difícil importação. Esta primeira fase de industrialização acompanhou uma série de mudanças realizadas no interior da economia agroexportadora cujo ápice foi o final do trabalho escravo.

A partir deste momento, o nível de crescimento industrial brasileiro passou a estar diretamente relacionado a momentos de ruptura das relações econômicas com o mercado mundial, tal como ocorreu na I Primeira Guerra Mundial, e na recessão mundial que sucedeu à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Desta forma, diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento industrial a partir de 1930, tais como o grande êxodo rural que ocorreu devido à crise do café, associado ao aumento da população urbana, que começou a formar um considerável mercado consumidor, bem como a redução das importações em função da crise mundial. Com isto, a indústria nacional ganhou impulso, crescendo enormemente durante as décadas seguintes.

Deste modo, a industrialização brasileira, e conseqüentemente o desenvolvimento nacional, ganhou impulso após a década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas operou uma mudança decisiva no plano político interno, afastando do poder as oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários e comerciais. Além disso, Getúlio Vargas adotou uma política industrializante para o Brasil, e incrementou a participação da mão-de-obra brasileira. A estratégia de Vargas era incorporar, ao processo de industrialização, a mão-de-obra presente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em função do êxodo rural causado pela decadência da produção cafeeira no centro sul e por movimentos migratórios vindos do Nordeste. Desta forma, a partir do governo Vargas, deu-se início a um processo de concentração produtiva na Região Sudeste, e mais especificamente no Estado de São Paulo, onde havia uma grande produção

agrícola, e condições mais propícias para o desenvolvimento de um parque industrial, (Franco e Baumann, 2005).

Pinheiro (1995) afirma que o Estado brasileiro, ao longo das décadas de 40 e 50, passou a realizar uma série de programas para adequar o país às exigências da lógica capitalista de produção, realizando grandes investimentos no processo de industrialização, onde a principal alternativa seria elevar o nível de desenvolvimento econômico nacional. No governo de Juscelino Kubitschek, criou-se o Plano de Metas, onde estavam incluídos planos de desenvolvimento para um período de 50 anos em 5. O Plano de Metas de JK previa um processo de desenvolvimento industrial calcado, em grande parte, no capital estrangeiro, que seria atraído através incentivos cambiais, tarifários e fiscais oferecidos pelo governo, o que possibilitou a ocorrência de um período de grande desenvolvimento econômico nacional. Além disso, Sicsú et al (2005), notam que a industrialização da década de 50 foi fortemente influenciada pelas contribuições dos autores ligados à CEPAL.

Para Sicsú et al (2005), o fato de que processo de substituição de importações que aquele processo ensejou não ter requerido a absorção e o desenvolvimento tecnológico, acabou contribuindo para incutir no empresariado industrial brasileiro “uma mentalidade protecionista, que [encarava] o protecionismo como um fim e não como um meio para que, num determinado horizonte de tempo, se [implantasse] uma indústria eficiente e competitiva, voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado internacional”.

De forma adicional, Romeiro (2007) afirma que, por ter se industrializado tardiamente, o Brasil jamais teve condições de competir com o nível de desenvolvimento tecnológico alcançado pelos países industrializados centrais. Romeiro acrescenta ainda que, para compensar esta falta de competitividade, o Estado brasileiro subsidiou a criação de indústrias e atuou para manter o preço da mão-de-obra e das matérias-primas em níveis significativamente baixos, além de permitir uma exploração predatória dos recursos naturais nacionais.

Segundo Toledo (1997), as opções feitas durante o governo JK fizeram com que o poder econômico passasse a se expressar enquanto forma de dominação social através dos processos políticos. Para Toledo, este fato está demonstrado na criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que acabou se tornando um forte instrumento de difusão da ideologia desenvolvimentista proposta pelo governo federal. Desta forma, o desenvolvimento brasileiro, durante a segunda parte

da década de 50, foi pensado, tanto pelo ISEB como pelas políticas governamentais, como algo pertencente apenas ao âmbito econômico, sem levar em consideração os fatores sócio-ambientais. Offe (1984) sugere que este tipo de opção se deveu à prioridade dada pelo Estado em diferentes partes da periferia capitalista às pressões decorrentes da estabilização e da expansão da economia, atendendo apenas aos focos mais extremos de tensão das questões sociais, o que, na prática, representou a colocação nas margens da ação governamental dos setores que não eram vistos como imprescindíveis à acumulação ampliada do capital. Segundo Offe, este tipo de postura do Estado fez com que áreas importantes da vida social ficassem sem a cobertura necessária para atender as crescentes demandas da população.

Enquanto isto, Vizentini (1994) indica que, durante o breve governo Jânio Quadros, houve a formulação da chamada Política Externa Independente (PEI), onde foram reafirmados, entre outras coisas, os objetivos de ampliação do mercado externo aos produtos primários e dos manufaturados brasileiros através da redução tarifária no âmbito latino-americano e da intensificação das relações comerciais com todas as nações, associados a uma formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico nacional. Assim sendo, Vizentini sugere que a PEI representou um esforço coerente, articulado e sistemático para a realização de projetos nacionais, como a industrialização e o desenvolvimento das relações produtivas capitalistas, ao mesmo tempo em que se procurava ampliar a influência internacional do Brasil.

Após o golpe militar de 1964, os governos militares que se sucederam retomaram e aceleraram o crescimento industrial como forma de acelerar o processo de desenvolvimento nacional. Na década de 70, o Estado assumiu a função de financiar diretamente o processo de crescimento da economia, o que fez com que o nível de desenvolvimento industrial fosse significativo, ocorrendo uma maior diversificação da produção. Neste período, Offe (1984) argumenta que o objetivo da economia brasileira era deixar de depender exclusivamente da substituição das importações, ultrapassar a fase da exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas da produção primária e ampliar a pauta exportável com variados produtos industriais. É interessante notar que, neste período, foi realizada uma aplicação do conceito de APLs, em parte construídos com base na formação de distritos

industriais², que foram criados para apoiar as iniciativas governamentais de desenvolvimento regional e, em muitos casos, locais, em função da diversidade do país. Segundo Gomes e Pizaia (2006), a incorporação dos APLs às iniciativas regionais/locais contribuiu ainda para a criação de instituições de caráter regional (como nos casos das Superintendências de Desenvolvimento Regional do tipo da SUDENE).

O final do regime militar, em 1985, deu-se, em parte, em função desta grave crise econômica, quando se abriram condições para um questionamento direto do lugar do Estado no funcionamento da economia, especialmente nos países de capital periférico. Neste sentido, Balanço e Nascimento (2006) argumentam que, apesar de já estar dando sinais de esgotamento a partir da segunda metade da década de 70, foi na década de 80 que o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil por quase quatro décadas entrou em crise, em meio às crises causadas pelo processo de hiperinflação que se instalou na economia, o que obrigou a adoção de uma série de planos de estabilização, que invariavelmente fracassaram.

Por outro lado, Ruckert (2005) argumenta que o fato de o Brasil ter mantido as políticas de recorte cepalino praticamente intactas por mais de quatro décadas acabou contribuindo para as propostas de descentralização política e administrativa que foram consagradas pela Constituição Federal de 1988, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro. Segundo Rodrigues (2008), o PPA estabelecia dentro de um enfoque regional, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. Rodrigues acrescenta que o primeiro PPA (1991-1994) foi elaborado com o objetivo principal de cumprir a exigência constitucional, mas apresentou baixa efetividade dado o seu período de vigência, marcado por surtos inflacionários, um plano econômico de estabilização mal-sucedido (Plano Collor) e instabilidade política que culminou com o impeachment de Collor ao final de 1992.

As mudanças iniciadas no governo Collor em relação à diminuição da participação direta do Estado brasileiro na economia foram aprofundadas durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, Santana (2002) argumenta que, já no primeiro mandato, há uma gradual passagem de um

² Distrito industrial refere-se a aglomerações de empresas com elevado grau de especialização e interdependência, seja de caráter horizontal ou vertical. O distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico.

modelo de intervenção direta na economia para outro calcado no esforço de regulação cujo objetivo seria a criação das bases necessárias para a existência de um Estado de caráter essencialmente regulador e promotor do desenvolvimento econômico nacional. Assim, além de lançar um ousado programa de privatização de empresas estatais, o governo FHC realizou uma série de iniciativas cujo objetivo era recuperar e ampliar a infra-estrutura existente. Entre estas iniciativas, Santana destaca os programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, onde foram realizados grandes investimentos para a recuperação e construção de estradas, portos e aeroportos em diferentes regiões brasileiras.

O governo Lula iniciou-se em 2003 com base numa plataforma crítica ao que fora executado durante os dois mandatos de FHC no tocante ao modelo de desenvolvimento nacional. No entanto, apesar disto, o primeiro mandato de Lula concentrou-se em manter inalteradas as principais marcas do governo anterior, concentrando-se nos esforços de estabilização fiscal do Estado e manutenção do chamado superávit líquido. Segundo Azevedo (2008), esta situação foi alterada em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cujo objetivo manifesto seria estabelecer uma nova estratégia de condução dos programas considerados prioritários que, por diversas razões, encontravam-se dispersos ou carregados de dificuldades para sua execução.

Por outro lado, Sicsú et al (2005), aponta que, por meio do PAC, o governo Lula tenta retomar o controle do processo de desenvolvimento. Além disso, Sicsu ressalva que à realização do PAC não representa uma nova tentativa do Estado brasileiro de ocupar o lugar da iniciativa privada, mas, pelo contrário, o investimento público que ele enseja não visa expulsar o capital privado, mas, ao contrário, abrir espaço para sua expansão. De forma complementar, Rodrigues (2008) observa que o PAC não consiste apenas em investimentos em infra-estrutura, pois também abrange mudanças institucionais com vistas à alcançar transformações em setores produtivos específicos e estímulo às políticas de crédito e financiamento. Para Rodrigues, estes elementos demonstram que, na formulação do PAC, o governo Lula assimilou a crítica ao dirigismo estatal, mas deixando explícita a necessidade de um Estado forte e com “autonomia inserida” que catalise os investimentos privados e conduza o crescimento econômico de forma que este se concretize em transformação social, ou seja, em desenvolvimento.

CAPÍTULO 2 - A INSERÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Demajorovic (2003) aponta que as críticas às conseqüências ambientais da Revolução Industrial começaram a surgir já ao final do século XIX, em que pese o fato das atividades industriais terem crescido exponencialmente a partir do Século XVIII, causando uma mudança significativa no funcionamento de ecossistemas naturais. Por outro lado, Rigotto (2002) argumenta que o agravamento da degradação ambiental, ao longo do Século XX (e.g., poluição do ar e das águas, destruição da camada de ozônio, efeito estufa e chuva ácida), tornou mais evidente o comprometimento do funcionamento dos sistemas ambientais e, conseqüentemente, das chances de sustentação da própria sociedade humana. Além disso, Rigotto afirma que especialmente, na segunda metade do Século XX, houve um crescimento paulatino da preocupação com os riscos associados ao avanço da industrialização e o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais capazes de alterar o equilíbrio dos sistemas naturais.

Um marco desta disputa entre crescimento econômico apoiado no desenvolvimento de tecnologias e a sustentabilidade socioambiental foi a publicação, em 1962, da obra *“A Primavera silenciosa”*, da bióloga norte-americana Rachel Carlson, que é considerada uma das pioneiras nas denúncias dos impactos causados pela aplicação de tecnologias desenvolvidas a partir da Revolução Industrial na agricultura. As descobertas de Carlson acerca dos problemas causados pelo uso intensivo de agrotóxicos à saúde humana e ao ambiente foram um primeiro sinal de alarme acerca dos limites da capacidade de sustentação de ecossistemas naturais em vista das interferências tecnológicas com vistas ao aumento da produtividade econômica.

No entanto, foi apenas em 1971, a partir da publicação do relatório intitulado *“Os Limites do Crescimento”* pelo Clube de Roma (que vinha a ser uma entidade formada por intelectuais e empresários de países desenvolvidos), que o debate sobre prejuízos econômicos e sociais da degradação ambiental se estendeu a governos e corporações privadas. Segundo Borges e Tachibana (2005), com este relatório, o Clube de Roma contribuiu para a institucionalização das discussões a respeito das conseqüências negativas da degradação ambiental. Na prática, este relatório enfatizava a relação direta entre o modelo de crescimento econômico e a

degradação ambiental, ainda que sem propor uma mudança radical nos modelos vigentes de produção e consumo.

A consolidação da questão ambiental enquanto elemento central dos debates, tanto na esfera dos organismos multilaterais, foi acelerada pela realização da I Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio-Ambiente pela Organização das Nações Unidas em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia. Segundo, Jacobi (2000) esta conferência representou uma primeira tentativa realizada pelos Estados membros da ONU de formular um arcabouço legal e normativo para enfrentar os problemas ambientais que estavam acelerando o processo de degradação da biosfera em escala planetária. Após este evento, diversos comitês, fóruns e assembléias foram realizados por representantes da maioria dos países do mundo. Nestes diferentes eventos, o objetivo manifesto seria acelerar a adoção de medidas que pudessem minimizar os efeitos dos impactos negativos causados pelo desenvolvimento econômico à Natureza.

Um primeiro resultado destes encontros foi o estabelecimento de uma definição oficial do conceito de desenvolvimento sustentável, que seria um modelo de desenvolvimento centrado no esforço de conciliar crescimento e desenvolvimento econômico, respeitando as limitações ecológicas, e os direitos das gerações futuras. Esta definição foi inicialmente proposta em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que elaborou o documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, que aponta a necessidade de que o desenvolvimento econômico leve também em conta a necessidade da proteção ambiental, com vistas a manutenção dos interesses de gerações futuras. Neste aspecto, o conceito de desenvolvimento sustentável - entendido enquanto uma estratégia que concilia o crescimento econômico com a preservação ambiental representaria uma oportunidade para valorizar o processo de desenvolvimento sem que seus benefícios sejam ultrapassados pelos danos causados a populações e ecossistemas locais. Segundo Morais e Dantas (2006), a perspectiva de desenvolvimento econômico com sustentabilidade pressupõe a existência de uma articulação entre as dimensões sócio-econômica, cultural, política e ambiental, e exige a instauração de uma nova racionalidade que seja pautada por uma responsabilidade coletiva entre a sociedade e o Estado.

Segundo Arruda e Pelegrini (2005), a partir da criação desta definição oficial é que foram direcionados, desde então, as práticas e posicionamentos dos críticos dos

modelos tradicionais de desenvolvimento. No entanto, Jacobi (2000) ressalta que, apesar de todo este esforço, a dificuldade de integrar os interesses econômicos com a observação dos limites ecológicos e das necessidades dos grupos socialmente marginalizados permanece bastante evidente. Para Arruda e Pelegrini, apesar de se referir a um conjunto de valores que buscam uma forma de desenvolvimento econômico que combina equidade social e conservação da Natureza, o conceito desenvolvimento sustentável é polêmico, quando se trata de analisar a sua aplicação efetiva. Um problema central é que não há consenso sequer dentro da comunidade científica sobre como seriam incorporados os interesses sociais, econômicos e culturais dos grupos que não estão dirigindo o processo de desenvolvimento (Arruda e Pelegrini, 2005).

No caso específico brasileiro, Pádua (2004) ressalta que as críticas aos efeitos devastadores das monoculturas da cana e do café sobre a Mata Atlântica foram sendo percebidos e denunciados desde o fim do período colonial. Entretanto, Pádua ressalta que essa defesa dos ecossistemas naturais estava centrada numa perspectiva exclusivamente econômica, que visava à manutenção dos ecossistemas naturais (como as nascentes da Tijuca) para se manter as referidas atividades produtivas. Assim, embora já estejam presentes há algum tempo na história do pensamento brasileiro, as preocupações sobre os impactos negativos advindos da exploração de recursos naturais para interesses econômicos, não houve até a década de 70 do Século XX, um movimento societário mais significativo para a internalização das questões de cunho ecológico que colocassem em questão os modelos de desenvolvimento adotados no Brasil

Por outro lado, é interessante notar que, apesar das dificuldades históricas de relacionar desenvolvimento econômico com questões de cunho socioambiental, o Brasil foi um dos primeiros países a institucionalizar o tratamento da problemática ambiental, ainda no início da década de 70, em pleno regime militar. O primeiro passo significativo que foi dado no sentido de institucionalizar a questão ambiental foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Em tese, a razão principal para a criação da SEMA era estabelecer um arcabouço legal que permitisse um melhor gerenciamento da problemática ambiental no país. No entanto, apesar deste pioneirismo, a SEMA

não contou no momento de sua criação com nenhum tipo de poder específico para atuar efetivamente na conservação e proteção do ambiente³.

A relevância do Brasil na institucionalização da questão ambiental ficou ainda mais explícita quando o país sediou em, 1992, o Earth Summit. Este evento foi realizado sob os auspícios da ONU na cidade do Rio de Janeiro, e provocou um aprofundamento do debate em torno da necessidade de superação do modelo hegemônico de desenvolvimento calcado basicamente em elementos de natureza monetária. Jacobi (2000) afirma que, a partir do Earth Summit, houve um avanço na aceitação da questão ambiental por múltiplos setores da sociedade, forçando o Estado e o setor privado a que passassem a considerar as questões ambientais na proposição de políticas e projetos de desenvolvimento, visto que a omissão deste tipo de preocupação passou a ser vista de forma negativa.

No entanto, Brandenburg (2005) sugere que, neste contexto, é que se inseriu a proposição do conceito de desenvolvimento local sustentável, enquanto uma proposição de mudança nos padrões de conduta, de gestão e de produção econômica. Brandenburg também enfatiza que, para este conceito se tornar aplicável, seria imprescindível a participação da sociedade local no processo de planejamento, execução e acompanhamento de ações voltadas diretamente para os esforços voltados para acelerar o desenvolvimento econômico. Neste enfoque, o alcance da sustentabilidade seria visto então como dependente de um modelo de crescimento econômico que incorporasse as noções de equidade social, utilização racional dos recursos naturais e qualidade de vida das populações que tradicionalmente habitam os locais sendo incorporados ao processo produtivo capitalista (Brandenburg, 2005).

Neste sentido, Acselrad (2004) sugere que a noção de sustentabilidade está diretamente associada à atuação dos cidadãos e de suas representações sociais, visto que sua adoção efetiva implicaria num completo reordenamento político do funcionamento da sociedade, que não pode ser obtido sem a participação política ativa dos que serão afetados pelo processo de crescimento econômico.

³ <http://www.soleis.adv.br/ibamacriacao.htm>. Acesso: em 28/02/2008.

2.1 LEGISLAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: UMA DIMENSÃO DO CONFLITO PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO

Segundo Moreira (1993), o Direito Ambiental sustenta-se no princípio básico de estabelecer a predominância do direito coletivo e, simultaneamente, a afirmação de um novo conceito da relação entre as sociedades humanas e os sistemas naturais. Esta visão foi institucionalizada através da Lei nº 7.347, de 1985, que introduziu na legislação brasileira o amparo aos “interesses difusos”, permitindo a realização da chamada ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Neste contexto de avanço da legislação ambiental, o Licenciamento Ambiental foi um dos instrumentos criados a partir da promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81 para induzir ações preventivas e corretivas da poluição e da degradação ambiental. Deste modo, Lopes (2006) destaca que o sistema de licenciamento ambiental brasileiro prevê a necessidade dos empreendimentos terem seus projetos submetidos à avaliação do poder público, desde a sua concepção, passando pela sua entrada em operação, e de forma contínua ao longo de seu funcionamento. Assim sendo, o processo de licenciamento ambiental se desenvolve no Brasil a partir de três etapas:

- **Licença Prévia (LP)**, na qual se atesta a viabilidade ambiental dos empreendimentos e atividades submetidas ao licenciamento, após aprovação de sua localização e concepção tecnológica;
- **Licença de Instalação (LI)**, que aprova o detalhamento tecnológico ao nível do projeto executivo, com especial atenção às medidas de controle de poluição e mitigação de impactos; e
- **Licença de Operação (LO)**, que é concedida após verificação da efetiva implantação de todas as medidas de controle e de mitigação de impactos definidas nas etapas anteriores.

Lopes acrescenta que atestar a viabilidade ambiental de empreendimentos e atividades previamente à sua implantação constitui a finalidade precípua do licenciamento ambiental, enquanto um instrumento eficaz de política e gestão do meio ambiente, o que confere à etapa da licença prévia uma grande responsabilidade pela efetiva aplicação deste instrumento. Assim sendo, as etapas posteriores (LP e LO) apresentam, a rigor, uma relação diferenciada com a componente locacional da viabilidade ambiental. Neste sentido, Montano e Souza (2008) consideram que a análise de viabilidade ambiental deve envolver a indicação,

por parte do empreendedor, das melhores alternativas tecnológicas e locacionais para a obra ou atividade, consideradas as melhores técnicas disponíveis para avaliar tais alternativas com relação aos impactos ambientais que serão causados, e, da mesma forma, deve ser considerada a opinião da sociedade envolvida.

Por outro lado, Altíssimo e Santi (2007) afirmam que a etapa em que a comunidade tem a maior oportunidade para participar do processo de licenciamento ambiental são as audiências públicas, que seriam reuniões realizadas com o objetivo de fornecer informações e debater o empreendimento proposto; busca ainda conhecer as opiniões da população sobre a implantação de obras e atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental. No entanto, Zhouri (2008) considera que as audiências públicas, na prática, se configuram como uma mera formalização do processo de licenciamento ambiental, sendo um jogo de cena de procedimentos democráticos e participativos. Neste sentido, Zhouri (2008) considera que o processo de licenciamento ambiental acaba conduzindo à marginalização das comunidades atingidas pela instalação dos empreendimentos que passam por este tipo de avaliação. A falta de transparência de como as decisões importantes são tomadas torna-se um dos principais empecilhos à efetiva participação da população. Zhouri aponta ainda que, na maioria das vezes, quando as comunidades são comunicadas sobre a instalação de um empreendimento, o processo de licenciamento já se encontra em estágio avançado e acordos primordiais já foram estabelecidos entre o Estado e os empreendedores privados.

Além disso, Siqueira (2008) afirma que o fato da formulação e a implementação de políticas ambientais depender de uma grande cadeia de agentes sociais com interesses díspares (e com níveis de poder político e econômico bastante diferenciados) dificulta a aplicação das políticas ambientais. De forma concordante com Zhouri, Siqueira indica que as audiências públicas, na realidade, costumam ser essencialmente expositivas, apresentando aos interessados informações muitas vezes complexas. Além disso, o debate termina sendo insuficiente, pois as reflexões e idéias surgidas geralmente não são levadas em consideração para o aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas ambientais. Esta situação tornaria esse modo de participação popular meramente formal. Desta forma, a massa de pessoas atingidas pela instalação dos empreendimentos acaba ficando à margem do processo, decisório, seja pela incapacidade de participar ou pela falta de interesse em manifestar uma cidadania ativa.

2.2 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICOS DA LOCALIZAÇÃO DE MEGA-EMPREENDEMENTOS NO LITORAL BRASILEIRO

A região costeira do Brasil abriga ecossistemas de grande diversidade ambiental. Entretanto, Moura (2006) indica que estes ecossistemas vêm historicamente sofrendo pressão pelo aumento da população humana, e conseqüentes atividades, como desmatamento e aterro para expansão urbana, industrial e portuária, lançamento de esgoto e lixo, além de uma super-exploração de seus recursos naturais. Neste contexto, Cunha (2006) afirma que a instalação de grandes complexos portuários implica num maior comprometimento do meio ambiente natural e das comunidades existentes no entorno destes empreendimentos. Cunha sugere que isto se dá pelo fato de que as obras que acompanham estes empreendimentos causam profundas transformações ambientais, que incluem alterações na dinâmica costeira, o aumento de processos erosivos com conseqüentes alterações na linha de costa (a partir da supressão de manguezais e outros ecossistemas costeiros) e a alteração da paisagem através da realização de aterros e dragagens. Além disso, os impactos não se estendem somente no conflito entre a localização dos mega-empreendimentos e os ecossistemas protegidos que existem em suas imediações, estendo-se também às populações que habitam tradicionalmente estes locais.

O mega-empreendimento em torno do qual foi estruturado o presente estudo é o chamado Complexo Portuário Industrial do Açú, que está sendo construído pela MMX no município de São João da Barra. A MMX é uma empresa do grupo EBX, que atua no ramo da mineração, siderurgia e energia com presença em vários estados do Brasil e em alguns países da América Latina. O Grupo EBX foi fundado em 1983 e conta com cerca de cinco mil funcionários. A parte, ou sistema da empresa que será estudada nesta dissertação é o empreendimento do Complexo Portuário Industrial do Açú localizado em São João da Barra, na região norte fluminense. Afirma-se que o sistema Minas-Rio da MMX é composto de diversas jazidas de minério de ferro localizadas em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG) cujas reservas podem atingir dois bilhões de toneladas com uma previsão de exploração futura de quarenta anos. Para permitir o escoamento desta produção é que está sendo construído o maior minérioduto do mundo, com uma extensão de 525 km, com a capacidade para transportar 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, ligando as reservas minerais ao complexo portuário do

Açu. Durante a primeira fase das obras, será construída uma ponte de acesso de 2,7 km, um píer de atracação e embarque de minério de cerca de 460 metros, um píer para rebocadores e um quebra-mar em forma de L com 700 metros de extensão no eixo norte-sul e 600m leste-oeste. Além disso, para permitir o acesso de navios maiores, será feita a dragagem de um canal com 13 km de extensão, e 21 m de profundidade. Com base nestas características, o Porto será capaz de abrigar navios de grande porte, com capacidade para transportar até 250 mil toneladas.

Um aspecto que revela o interesse do poder público na aceleração do processo de construção deste complexo pode ser observado já no seu processo de licenciamento ambiental. A licença prévia, condição básica para a definição da localização de um dado empreendimento, de acordo com a legislação brasileira, foi emitida em Dezembro de 2006. Já a licença de instalação, a que permite o início das obras, foi emitida menos de cinco meses depois em 14 de Maio de 2007. Além disso, durante a preparação do Plano Diretor Municipal de São João da Barra, ocorrido ao longo de 2007/2008, houve a formalização da região onde estar sendo implantado o Complexo portuário do Açu, enquanto uma área industrial, inclusive com a reserva de áreas adicionais para sua expansão (Figura 1).

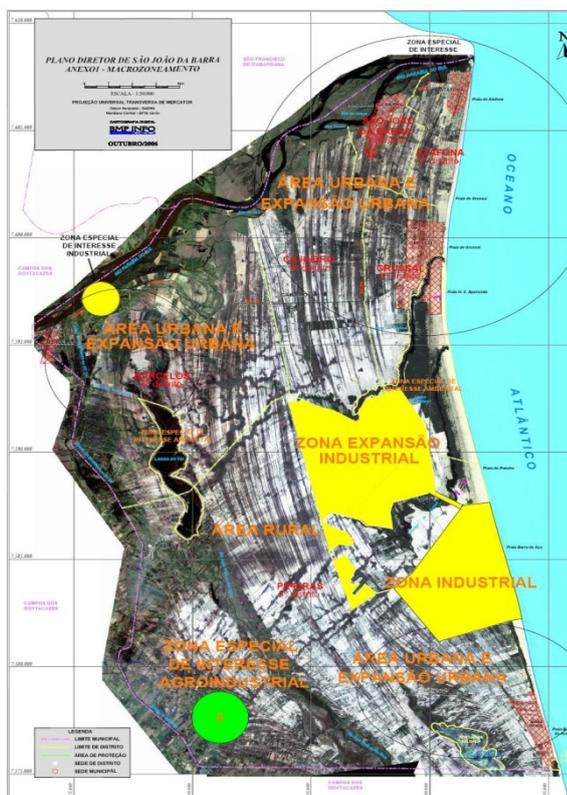


Figura 1 - Mapa do Plano Diretor do município de São João da Barra mostrando a área do empreendimento.

Talvez para responder às questões levantadas pela localização do empreendimento numa região de grande interesse ecológico, e habitada tradicionalmente por agricultores e pescadores, é que o Grupo EBX realizou um esforço de interagir com a população local a partir de 2007. Segundo informações obtidas diretamente dos moradores da região do Açú durante as pesquisas de campo, a LLX (empresa subsidiária da MMX, responsável pela construção do Porto do Açú) promoveu uma série de reuniões sobre o empreendimento em todo o município de São João da Barra. Estas reuniões fariam parte do Programa de Comunicação Social do Grupo EBX, cuja finalidade manifesta seria esclarecer a população local acerca da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú. Segundo estas informações, tais reuniões foram conduzidas pela equipe da *Ecologus* (empresa de consultoria responsável pelo processo de licenciamento ambiental do Complexo portuário do Açú). Estas reuniões teriam acontecido nas dependências de associações de moradores, escolas municipais, e no Cine Teatro São João, englobando a população residente de diferentes localidades de São João da Barra (e.g.; Atafona, Grussaí, Barcelos, Barra do Açú, além da sede do município).

2.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A partir da revisão feita da literatura, é importante indicar que a presente pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças que estão ocorrendo na localidade da Barra do Açú em função da implantação de uma série de empreendimentos econômicos liderados pelo Grupo MMX. A região da Barra do Açú está situada entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Formou-se à margem de brejos e lagoas e se apresenta como uma região ecológica de especial interesse em função de sua flora e fauna características de áreas de restinga (Lamego, 1974). Na Barra do Açú, existe um rico complexo lacustre que pode ser potencialmente afetado pela presença deste complexo portuário.

Desta forma, a construção do Complexo Industrial e Portuário na Barra do Açú, em uma área de extremo interesse ambiental, que possui em seu entorno a presença de manguezais, restingas, apresenta-se como um elemento importante para a análise dos impactos socioambientais associados a este tipo de empreendimento. Araújo (2006) argumenta que o processo de extração,

industrialização e transporte de minérios, em particular do ferro, causa grandes impactos não apenas no local em que ocorrem, mas também nos principais pontos de distribuição para os mercados consumidores.

Neste sentido, parece razoável antecipar que a implantação do referido Complexo Portuário Industrial, apresentado por seus idealizadores como um novo pólo de desenvolvimento dentro da região norte fluminense, além de provocar impactos sobre os ecossistemas já indicados, poderá acarretar importantes impactos nas condições de vida da população que vive na região de entorno. Uma importante modificação, que deverá ocorrer será o aumento da densidade populacional, que, além de poder causar desequilíbrios a um ambiente complexo e instável, poderá ainda afetar as formas tradicionais de existência e a base de recursos sobre as quais as comunidades tradicionalmente residindo na região dependem para sobreviver. Este raciocínio é corroborado por Bordalo (2007), que, em casos de mudanças ocorridas no meio rural, em que o poder público não tratou com o devido cuidado a população ali residindo (seja no que tange à infra-estrutura básica ou às reivindicações de caráter socioambiental) tendem a criar uma série de condições negativas.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

3.1 – DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E MÉTODO DE AMOSTRAGEM

3.3.1 Evolução Histórica e Principais Características Fisiográficas do Município de São João da Barra.

O município de São João da Barra está situado na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área total de 457,8 km², correspondentes a 4,7% da área total da Região Norte Fluminense (Figura 2). A sede do município dista cerca de 323 quilômetros do Rio de Janeiro, capital do Estado, e 43 quilômetros da cidade de Campos dos Goytacazes. O município limita-se ao norte pelo município de São Francisco do Itabapoana, cujo limite físico é o rio Paraíba do Sul e ao sul e a oeste pelo município de Campos dos Goytacazes e a leste pelo Oceano Atlântico.



Figura 2 - Mapa de localização do município de São da Barra no estado do Rio de Janeiro.

O início do povoamento de São João da Barra ocorreu por volta do ano de 1622, quando um grupo de pescadores deixou Cabo Frio e seguiu para o local onde hoje está erguida a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. O povoado foi fundado pelo pescador Lourenço do Espírito Santo. No entanto, logo após este período, ocorreu o povoamento do local onde está hoje localizada a Igreja Matriz de

São João Batista. Devido aos ataques constantes dos indígenas, a região onde hoje se localiza a cidade de São João da Barra só foi efetivamente ocupada quando os bandeirantes ergueram uma pousada para suas tropas na capitania de São Tomé, em torno do qual a população começou a se aglomerar. O núcleo urbano inicial foi elevado à condição de freguesia em 1644, ocasionando maior fluxo de colonizadores, o que permitiu maior desenvolvimento para a lavoura canavieira. Em 1677, o povoado tornou-se a Vila de São João da Praia, a única vila do Estado do Rio de Janeiro fundada exclusivamente por pescadores, elevando-se à categoria de cidade em 1850, já com o nome de São João da Barra (TCE, 2008).

Desde o início de seu povoamento o município de São João da Barra apresentou muitos obstáculos ao desenvolvimento, pois seu território composto de muitas áreas alagáveis, dunas e restingas, dificultavam o acesso a região e criavam barreiras para o desenvolvimento do cultivo de cana de açúcar entre outras culturas e atividades importantes, que dominavam a economia da região norte e noroeste fluminense. Desta forma, o município de São João da Barra assim como muitos municípios destas regiões, surgiram ou tiveram seu desenvolvimento vinculado ao município de Campos dos Goytacazes⁴, principal referência econômica e de serviços, devido à indústria açucareira entre outras.

Deste modo, a importância atribuída ao município de São João da Barra na economia regional de então era o porto fluvial que possibilitava o transporte de mercadorias para outras regiões. Durante o século XIX, este porto fluvial de São João da Barra localizado às margens do Rio Paraíba do Sul, foi o principal escoadouro natural da produção de açúcar e outros produtos agrícolas da região Norte Fluminense. Contudo, a partir desse período, não mais conseguiu desempenhar essa função, em decorrência do assoreamento da barra, aumento do calado dos navios e também, por causa das linhas férreas, inauguradas no final do século XIX, que fizeram com que o município de São João da Barra perdesse a importância portuária que mantinha até então, passando a desempenhar apenas um papel de centro de comércio e serviços da população municipal, em grande parte dedicada à agricultura praticada em solos arenosos e à pecuária (TCE, 2008).

⁴ Desde a segunda metade do século XIX, Campos dos Goytacazes configurou-se, como o principal centro econômico e urbano do norte e noroeste fluminense.

Segundo informações que constam no Plano Diretor Municipal, o município de São João da Barra apresenta em todo o seu território solo arenoso e nas áreas de brejo e mangue, solo encharcado áreas planas e muito baixas (Podzol Hidromórfico), o que se agrava na ocasião de fortes chuvas, provocando graves enchentes. Predomina no município um clima úmido apresenta temperaturas médias que oscilam entre 15° e 31°C ao longo do ano, mas durante os meses de verão a temperatura se eleva acima desta média. A média de precipitação é em torno de 1000 mm anuais, apresentando os meses de verão mais chuvosos e os de inverno mais secos. Predomina nesta região ventos de direção nordeste.

Toda esta área territorial do município está assentada sobre ecossistemas de restinga formada por uma planície quaternária representada pelo delta do rio Paraíba do Sul, onde estão presentes ambientes de acumulação diversificados, representados principalmente pelas praias, cordões litorâneos, dunas e canais de maré e ambientes de acumulação fluviomarinha (LAMEGO, 1974). Deste modo, São João da Barra possui ecossistemas com uma considerável diversidade biológica. Entre os ambientes existentes se destacam lagoas, praias e manguezais distribuídos ao longo de 34 km de extensão entre a foz do rio Paraíba do Sul e a Praia do Açú.

O município de São João da Barra tem uma população de 27.682 habitantes, correspondentes a 3,9 % do total da população da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com uma população predominantemente urbana que, possui uma proporção equivalente entre o número de homens e mulheres em todos os distritos. A densidade demográfica em 2007 era de 64 habitantes por km² (TCE, 2008).

O município possuía 17.450 domicílios, com uma taxa de ocupação de 47%. Dos 9.253 domicílios não ocupados, 82% eram de uso ocasional, demonstrando o elevado contingente de população turista residente em outras cidades e, como município possui 24.609 eleitores, verifica-se a existência de um grande número de eleitores também não residentes no território municipal. Diante de vários fatores, o município de São João da Barra está classificado com um índice de médio desenvolvimento humano, ocupando a 81ª posição no critério do IDH estadual (TCE, 2008).

3.1.2 Descrição do processo de povoamento das localidades estudadas

As terras onde estão situadas as localidades estudadas foram sendo paulatinamente ocupadas por inúmeros posseiros vindos principalmente do distrito de Pipeiras, da sede do município de São João da Barra e das localidades vizinhas⁵, pertencentes ao município de Campos dos Goytacazes. Conforme ressalta Monteiro (1996), este processo de ocupação das áreas no entorno de onde hoje está sendo instalando o Complexo Portuário Industrial do Açúcar remonta ao final do século XIX. No entanto, as três localidades incluídas neste estudo para verificar a percepção da população local acerca dos impactos socioambientais da instalação do Complexo Portuário do Açúcar (i.e.; Barra do Açúcar, Mato Escuro e Água Preta) apresentavam poucas áreas ocupadas até a década de 40 do Século XX (Figura 3).



Figura 3 - Mapa do município de São João da Barra mostrando as localidades da Barra do Açúcar, Mato Escuro e Água Preta.

⁵ Capela de São Pedro, Córrego Fundo, Quixaba, Azeitona, Folha Larga entre outras localidades.

De acordo com dados oficiais e de relatos obtidos durante o trabalho de campo com a população local, as regiões de Água Preta e Mato Escuro surgiram entre as décadas de 20 e 30 do Século XX, enquanto que o povoamento da Praia do Açú teria se dado durante a década de 40.

Neste período, conforme relatado por Monteiro (1996) naquelas décadas existiam apenas um pequeno comércio na localidade de Azeitona e, “existiam três casas de alvenaria e, aproximadamente, 100 casas de palha” espalhadas em torno da região do Açú. A maioria destas moradias estava localizada nas terras de Manoel Machado. Segundo Monteiro, por volta da década de 40, Chrisanto Henrique de Souza teria comprado as terras e as benfeitorias de Manoel Machado, continuando a alugar as casas para veranistas da zona rural. Monteiro cita, ainda, a existência de outros proprietários na região, tais como Antonio Josefa, Amaro Peixoto e José Peixoto, Amaro Moço Rangel e Manoel Augusto Monteiro. Após a morte dos primeiros proprietários, seus herdeiros começaram a parcelar as grandes propriedades em lotes menores. Monteiro acrescenta que, entre 1950 e 1960, deveria haver aproximadamente trinta casas na Barra Açú. Ainda segundo Monteiro, no início do processo de ocupação, os habitantes da região costumavam comparecer ao Açú apenas para pescar na lagoa ou no mar, mas não usavam o local com finalidades de veraneio, o que paulatinamente mudou ao longo do tempo. Após este período algumas das propriedades maiores passaram por parcelamento contínuos até atingirem o tamanho de sítios.

Um aspecto importante a ser notado no processo de parcelamento de terras na região do Açú é o fato de que em 1974, a Petrobrás descobriu os primeiros campos petrolíferos na Bacia de Campos. Este fato gerou expectativas de que o município de Campos dos Goytacazes seria o maior beneficiado pelos vultosos investimentos que, a Petrobrás realizaria na região norte fluminense. No entanto, apesar da base de operações ter sido montada em Macaé, isto parece não ter impedido a ocorrência, no início dos anos 80, de um “boom” de loteamentos na Barra do Açú, por parte de empreendedores imobiliários que procuraram se aproveitar de uma possível valorização futura das terras existentes naquela região.

Apesar deste processo parcial de parcelamento das terras, é importante notar que a propriedade da terra continuou bastante concentrada em São João da Barra. Neste sentido, Souza et. all. (2008) apontam que o conjunto dos 5% maiores estabelecimentos rurais englobam 54% das terras agrícolas existentes em São João

da Barra. Estas características fundiárias talvez expliquem, mais do que a localização em si, a preferência que foi dada à região pelo Grupo EBX para a construção do Complexo Portuário Industrial do Açú.

Toda a região em torno da localidade da Barra ou praia do Açú compreende um rico sistema lagunar, além de áreas de manguezais, rios e córregos que banham toda a região.

3.1.3 Características dos ecossistemas costeiros das regiões que compreenderão o Complexo Portuário do Açú

Toda a região localizada ao sul do Rio Paraíba do Sul possui uma grande importância ambiental em função da presença de ecossistemas naturais de restinga. A quantidade de lagoas também é considerável, sendo que muitas delas possuem uma característica alongada, muitas vezes, atingindo muitos quilômetros de extensão. Em termos de cobertura vegetal, além das gramíneas e da vegetação rasteira que predomina na faixa mais próxima das praias, há ainda a presença de espécies arbustivas e arbóreas, onde é comum a presença de bromélias e cactos. (TCE, 2008).

A Praia do Açú está localizada sobre uma extensa planície arenosa, existente ao sul do delta do Rio Paraíba do Sul, que é constituída por cordões de areia que formam ondulações paralelas, e por pequenas depressões, paralelas à linha da costa. A Praia do Açú encontra-se próxima de uma área de manguezais e coberta por vegetação típica de restinga. Em termos de extensão, a Praia do Açú possui aproximadamente 10 km (Lamego, 1974). Além da Praia do Açú, a região é caracterizada pela existência de um rico sistema lacustre, que inclui as lagoas Salgada, de Iquipari, de Grussai e do Açú.

A Lagoa do Açú era conhecida até o início do século XX pelo nome de Rio Açú ou Iguaçu, pois se tratava de um curso d'água formado por um antigo braço do delta do Rio Paraíba do Sul e por cinco afluentes da Lagoa Feia. Soffiati (2002) aponta que as obras que a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense/Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) executou, entre 1935 e 1989, na planície fluvio-marinha do Rio Paraíba do Sul, aniquilaram o rio Iguaçu e afetaram a Lagoa do Açú, ao romper o equilíbrio hidráulico existente na região, e causar o fechamento da sua barra. Em função destas obras, a Lagoa do Açú ficou destituída do aporte de água doce, o que aumentou o teor de salinidade

dentro do seu sistema. Soffiati destaca ainda que as atividades imobiliárias promoveram um crescimento acelerado e desordenado que mudou a fisionomia rural da Barra do Açu, o que aumentou ainda mais a pressão sobre o limnossistema da Lagoa do Açu, bem como sobre a vegetação de restinga e sobre a área de manguezal. Em função deste processo de ocupação de seu entorno, as margens da Lagoa do Açu foram progressivamente ocupadas por atividades agropecuárias que, devastaram a vegetação de restinga, deixando o solo desprotegido, sujeito à ação das chuvas e principalmente dos ventos, o que provocou o assoreamento do seu leito. O aumento da ocupação humana no entorno da Lagoa do Açu, a degradação ambiental de seu ecossistema, principalmente em função do lançamento de esgoto e de lixo que se torna ainda mais intenso no verão.

Já quanto à Lagoa Salgada ou do Salgado (que como o nome já indica é uma laguna hipersalina), Srivastava (1999) aponta que, a mesma abriga a única ocorrência de estromatólitos recentes⁶ no Brasil. Srivastava acrescenta que ao longo dos anos, a superfície desta lagoa foi drasticamente reduzida em função do aterramento de sua superfície líquida para possibilitar a realização de uma série de atividades (e.g.; implantação de lavouras e pastagens, retirada dos estromatólitos para utilização em construções residenciais, construção de corredores para transporte do rebanho bovino, e de canais de drenagem para irrigação da monocultura da cana-de-açúcar). Finalmente, a Lagoa de Iquipari possui um formato alongado, com um espelho d'água de aproximadamente de 1,22 km² e um perímetro de 21 km. O ecossistema de Iquipari é representativo dos ambientes de restinga, sendo composta de uma grande diversidade de espécies endêmicas da flora e da fauna exclusivas. No entanto, como relata Soffiati (2002), houve também em suas cabeceiras, um grande processo de remoção da cobertura vegetal nativa por parte da Companhia Agrícola Baixa Grande. Esta mesma empresa também reforçou a barra desta lagoa para dificultar a sua abertura natural. Assim, este problema, somado à ocupação humana, mais as atividades agropecuárias e de turismo exercem forte pressão e condena o ecossistema de Iquipari. Além disso, é importante notar que as pressões já existentes sobre este conjunto lacustre deverão ser agravadas pela construção e funcionamento do Complexo Portuário Industrial do Açu.

⁶ Estruturas biogênicas formadas por algas calcáreas, que não são fósseis propriamente ditos, mas são indícios de vida como esta ocorria no Período Arqueano (pré-cambriano).

3.2 O PROCESSO DE AMOSTRAGEM

A determinação do tamanho da amostra ocorreu em função das características complexas e diversas da realidade social existente na área onde será implantado o Complexo Portuário do Açú. Com base em elementos de proximidade e tamanho populacional, foram escolhidas três das localidades existentes dentro da porção sul do município de São João da Barra (i.e.; Barra do Açú, Água Preta e Mato Escuro). A escolha destas localidades teve como objetivo ampliar o alcance analítico da pesquisa de campo, tendo em vista os padrões socioeconômicos e as distintas realidades existentes na região. A pesquisa foi realizada a partir do uso de estratégias de observação direta e não-participante, com base numa amostragem aleatória.

3.3 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foram utilizados questionários com perguntas fechadas e abertas, além de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com os informantes principais, instituições governamentais, representantes das empresas envolvidas no processo e representantes da população local. Além disso, outros instrumentos de pesquisa (e.g., aquisição de documentação fotográfica, aplicação de questionários, e análise documental). Também foram utilizados como fontes de informações, para a realização deste estudo. Esta opção metodológica pareceu ser a mais razoável para o presente caso, visto que o tipo de estudo proposto exigia um esforço para captar as diferentes perspectivas existentes entre os atores e segmentos envolvidos no processo de construção do Complexo Portuário do Açú.

3.3.1 Questionários

Questionários compostos de questões abertas e fechadas foram aplicados numa amostra aleatória de moradores de três localidades localizadas no entorno do Complexo Industrial e Portuário do Açú para obter dados sobre aspectos históricos, culturais, demográficos e socioeconômico, de forma a permitir uma análise sobre a realidade local, e das possíveis transformações que já estariam ocorrendo em função do processo de implantação daquele empreendimento. Um aspecto de interesse específico referiu-se ao estabelecimento do nível de conscientização da população em relação aos problemas ambientais que já vinham ocorrendo devido a atividades como desmatamento, e instalação de loteamentos ilegais. A aplicação dos questionários visou ainda obter dados que permitissem a realização de uma

avaliação especializada de como a população local avalia as mudanças que deverão ocorrer em função da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Açú, tanto sobre sua situação socioeconômica, como sobre o meio ambiente.

3.3.2 – Entrevistas

Esta pesquisa também inclui a realização de entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros foram elaborados com o objetivo de estabelecer as perspectivas do poder público, da empresa responsável pelo empreendimento, e das lideranças políticas locais acerca das eventuais estratégias adotadas para acompanhar o processo de instalação e funcionamento do Complexo Portuário do Açú. Desta forma, as entrevistas ocorreram em dezembro de 2008, sendo realizadas com membros de órgãos governamentais (INEA) e com líderes comunitários locais. As entrevistas com os representantes do Poder Público Municipal e Estadual visavam obter informações relativas à ação governamental na implantação do empreendimento e no atendimento a infra-estrutura básica, local bem como os eventuais esforços realizados para atender às demandas da população local.

É importante notar que, apesar de terem sido realizadas diversas tentativas para entrevistar representantes da Prefeitura Municipal de São João da Barra, apenas o Superintendente Regional do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), concordou em conceder uma entrevista. Neste sentido, as posições do poder público municipal de São João da Barra foram coletadas a partir da leitura de matérias circuladas na mídia local. O mesmo problema aconteceu em relação aos representantes locais da MMX, visto que, mesmo após o fornecimento de uma série de explicações, não foi possível realizar uma entrevista, o que obrigou a captação das posições da entrevista através da leitura de matérias publicadas na mídia impressa local. Finalmente, foi possível realizar uma entrevista com os representantes da Associação de Moradores do Açú e de Mato Escuro, cujo objetivo era obter o posicionamento dessas lideranças quanto às ações empreendidas pelo governo municipal no processo de instalação do Complexo Portuário Industrial do Açú, bem como analisar o nível de participação da população local no estabelecimento de medidas preventivas contra os impactos negativos que poderão resultar da construção deste Mega-empreendimento.

3.3.3 Distribuição amostral da população

A partir do trabalho de campo realizado nesta pesquisa, foram aplicados 120 questionários nas comunidades residentes no Açú, Água Preta e Mato Escuro. O número de questionários aplicados em cada comunidade foi estabelecido a partir do número total de habitações de cada região (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição da aplicação dos questionários segundo as localidades estudadas

LOCALIDADES	QUESTIONÁRIOS APLICADOS (n)
Açú	60
Água Preta	30
Mato Escuro	30
TOTAL	120

3.4 – Procedimentos analíticos

Na análise dos dados coletados, foi utilizado o Método da Triangulação (que vem a ser uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos). Após a aplicação dos questionários, estes foram codificados e tabulados. As entrevistas com os informantes principais foram gravadas, transcritas e analisadas com um enfoque que procurava se concentrar na análise de informações que fossem pertinentes ao estudo em questão. Assim, os dados coletados e tabulados foram sumarizados através da construção de tabelas e gráficos. Este processo permitiu a realização de análises comparativas acerca das diferentes visões existentes entre os diferentes atores sociais acerca dos benefícios e potenciais problemas socioambientais que poderão advir da construção e funcionamento do Complexo Portuário Industrial do Açú.

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DEMOGRÁFICO, SÓCIO-ECONOMICO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LOCAL

Segundo dados do IBGE (2007), a população do Distrito de Pipeiras (5º Distrito de São João da Barra), onde se encontram as localidades estudadas, possuía, em 2000, um total de 5.777 habitantes, com certa proporcionalidade entre o número de homens e mulheres, esta equivalência entre a população masculina e feminina ocorre em todos os Distritos (Tabela 2). Apesar do Distrito de Pipeiras ser o maior Distrito em dimensão territorial, é pouco povoado, pois a maior parte da população do município se encontra na sede do município ou migrou para outras cidades em busca de melhores condições de vida devido à decadência da agricultura familiar e da atividade pecuária.

Tabela 2 - População de São João da Barra e dos distritos de Pipeiras e Barcelos.

Unidade censitária	Homens	Mulheres	Total
São João da Barra	8.322	8.551	16.873
Pipeiras	2.961	2.816	5.777
Barcelos	2.530	2.502	5.032
Total	13.813	13.869	27.682

Fonte: Anuário Estatístico 2007 (Censo 2000).

Já no que se refere às populações pesquisadas, os dados do Relatório de Impacto Ambiental- RIMA da Usina Termelétrica (UTE) Porto do Açú Energia S/A, realizado em 2008 apontam que existem aproximadamente 900 habitantes no Açú; 350 em Água Preta e 520 habitantes em Mato Escuro, estes dados são estimados e não oficiais, pois os dados que constam no IBGE só trazem o número de habitantes do município e dos distritos. Em relação à Barra ou praia do Açú, no período de verão a população se multiplica consideravelmente, pois é muito grande o número de pessoas oriundas da região que vive em outras cidades e retornam para a temporada de férias de verão (e também férias de inverno e feriados). Assim, a aplicação de questionários nessas comunidades, também foi realizada levando em consideração o total de habitantes de cada uma destas localidades.

Por outro lado, os resultados obtidos indicam, que nas diferentes regiões, o nível educacional das populações é em geral baixo (Tabela 3), de modo que a maioria não chegou nem mesmo a concluir o ensino fundamental.

Tabela 3 - Grau de instrução dos entrevistados (%).

Nível de educacional			Açu (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)
Ensino Superior	Completo		8,4	0	0
Ensino médio completo	Completo		8,3	0	3,3
	Incompleto		6,7	0	0
Ensino fundamental	2º Segmento	Completo	1,7	0	0
		Incompleto	35,0	33,3	53,3
	1º Segmento	Completo	15,0	6,7	10,0
		Incompleto	25	50	30,0
Analfabeto			0	10,0	3,3

Houve um aumento nos anos de escolaridade dos indivíduos vivendo nas três localidades a partir de 2006 devido à implantação do ensino médio e do Ensino de Jovens e adultos (EJA), no Açu na Escola⁷ Municipal Chrisanto Henriques de Souza, pelo governo municipal. O ensino médio e o ensino fundamental para jovens e adultos funciona no período noturno na localidade de Barra do Açu. Antes da criação do estabelecimento de ensino, os estudantes em geral percorriam longos trajetos para chegar até as escolas mais próximas de suas residências. Assim sendo, a maioria dos estudantes oriundos das localidades estudadas se dirigiam as escolas do município vizinho, Campos dos Goytacazes, ou para as escolas da sede do município.

Neste contexto, muitos moradores que não eram nem sequer alfabetizados conseguiram se alfabetizar e ainda completar o primeiro segmento do ensino fundamental sem precisar sair da região. No entanto, apesar do acesso a educação básica, a maioria da população ainda não possui o ensino fundamental completo e a incidência dos que conseguiram terminar o ensino médio é muito pequena. Por outro lado, a implantação do ensino médio e do EJA e a criação de cursos profissionalizantes com financiamentos do governo federal parecem estar

⁷ O ensino médio e o ensino de jovens e adultos implantado nesta escola atende toda a população das localidades estudadas além de outras localidades do entorno.

diretamente ligadas à construção do Complexo Portuário do Açú, visto que as mesmas exigem certo nível de qualificação.

No tocante à origem espacial dos entrevistados, é interessante notar que, enquanto nas localidades de Água Preta e Mato Escuro houve uma predominância de pessoas nascidas naqueles locais, no Açú, este comportamento foi bastante diferenciado (Tabela 4).

Tabela 4 - Local de origem da população das localidades estudadas.

Origem	Açú (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)
Própria localidade	38,3	86,7	83,3
Localidades próximas ao Açú	23,3	6,7	16,7
Campos dos Goytacazes	16,7	3,3	0
Região norte fluminense	1,7	0	0
Outras partes do Rio de Janeiro	1,7	0	0
Cidade do Rio de Janeiro	11,7	3,3	0
Outros estados	6,7	0	0

O fato de a população da localidade da Barra do Açú apresentar uma maior diversidade quanto ao local de origem, quando comparada às outras duas localidades, pode estar relacionada com uma maior dinâmica no processo de fragmentação das propriedades rurais mais próximas à área urbana da Barra do Açú, que deu origem ao processo de loteamento ali ocorrido a partir da década de 80. Este fato contribuiu para que pessoas de diferentes regiões se interessassem em adquirir imóveis naquela localidade, tanto pelo fato de ser um ambiente de praia, como também pela possível valorização das terras que seria causado pela presença mais ostensiva da Petrobrás no município de Campos. No momento atual, um fato recente que está fazendo com que muitos antigos moradores que foram para outras cidades em busca de melhores condições de vida voltassem para sua região de origem é a expectativa em torno do desenvolvimento que se espera que virá com o complexo portuário-industrial do Açú.

Por outro lado, com base no trabalho de campo, foi possível identificar que a expectativa de que a construção do Complexo do Açú irá aumentar a oferta de emprego na região já está atraindo uma nova onda de migrantes para o local. Dentre os entrevistados foi possível constatar que a maioria possui casa própria, havendo

muitos casos de pessoas que possuem mais de um imóvel, principalmente nas regiões do Açu e Mato Escuro (Tabela 5).

Tabela 5 - Estrutura dos domicílios.

		Açu (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)
Condição do Imóvel onde mora	Próprio	78,3	80	96,7
	Alugado	18,3	0	0
	Cedido	3,3	20	3,3
Número de cômodos	2-3	6,7	10	0
	4-5	45	60	66,7
	6-7	33,3	30	26,7
	8-10	15	0	6,7
Possui mais de um imóvel?	Sim	26,7	3,3	26,7
	Não	53,3	96,7	73,3

Em sua grande maioria as residências apresentam aparências modestas, que caracterizam as moradias do meio rural em geral, possuindo em média 4 a 5 cômodos e, tendo em média de 3 a 5 moradores por domicílio (Figura 4). Destacando-se aqui que este um significativo número de domicílios com famílias bem reduzias, ou seja, composta por 1 ou duas pessoas se deve ao fato que da mesma forma como ocorreu nos centros urbanos, também houve uma redução da família no meio rural. Além disso, ficou demonstrado, também que existem muitos domicílios que são compostos por aposentados

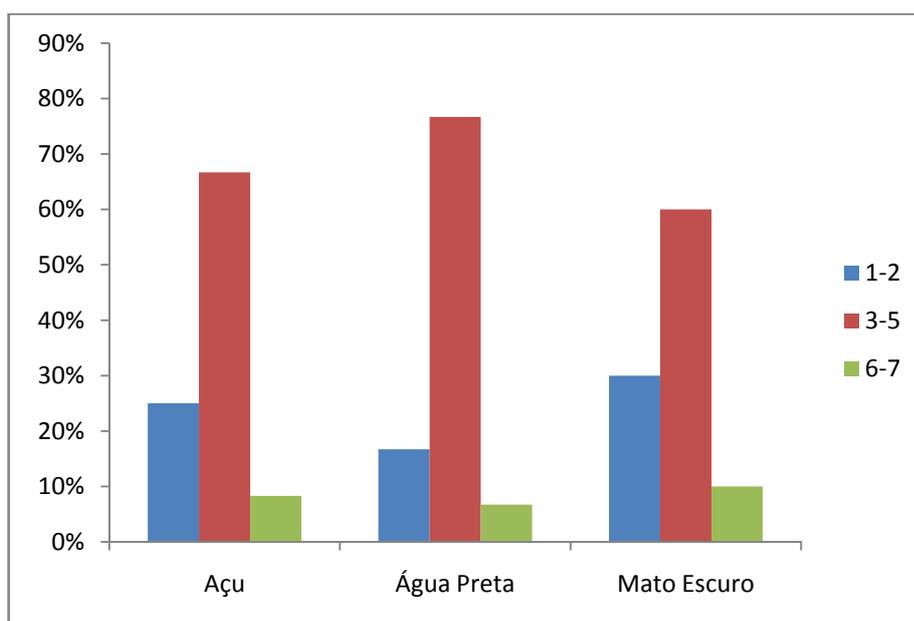


Figura 4 - Número de pessoas morando neste domicílio.

Até o início da década de 80, as populações pesquisadas integravam um sistema econômico baseado em produção rural tradicionais, na qual os trabalhadores rurais e suas famílias exploravam a terra, tendo como principal atividade econômica a agricultura e a pecuária, ainda que realizassem outras atividades, como pesca, criação de aves e artesanato. A partir deste período, iniciou-se um acelerado processo de ocupação nas localidades estudadas que então passaram por transformações que proporcionaram o aumento da população e mudança do perfil das ocupações profissionais, trazendo assim novas profissões (Tabela 6).

Tabela 6 - Principais ocupações dos entrevistados (%)

Ocupação Principal	Açu (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro(%)
Dona de casa	35,0	53,3	30
Setor administrativo	16,7	0	3,3
Aposentado/pensionista	13,3	10,0	10,0
Faxineiros e auxiliar de serviços gerais	6,7	6,7	20,0
Professor	6,7	0	3,3
Pescador	5,0	0	0
Comerciante	3,3	6,7	3,3
Agricultor	3,3	3,3	6,7
Empregada doméstica	3,3	0	3,3
Outras	1,7	16,7	10,0
Trocador de ônibus	1,7	3,3	0
Pedreiro	1,7	0	6,7
Motorista	1,7	0	3,3

Assim, o fato de grande maioria da população pesquisada ser de origem rural, e não estar inserida no mercado de trabalho relacionado com as atividades que exerciam anteriormente implicou na inserção de muitos no mercado informal de trabalho e em outras ocupações de baixa renda. Esta inserção precária no mercado de trabalho teve um impacto direto na renda familiar mensal (Figura 5). Desta forma, muitos moradores acabam tendo que se ocuparem em mais de uma atividade econômica.

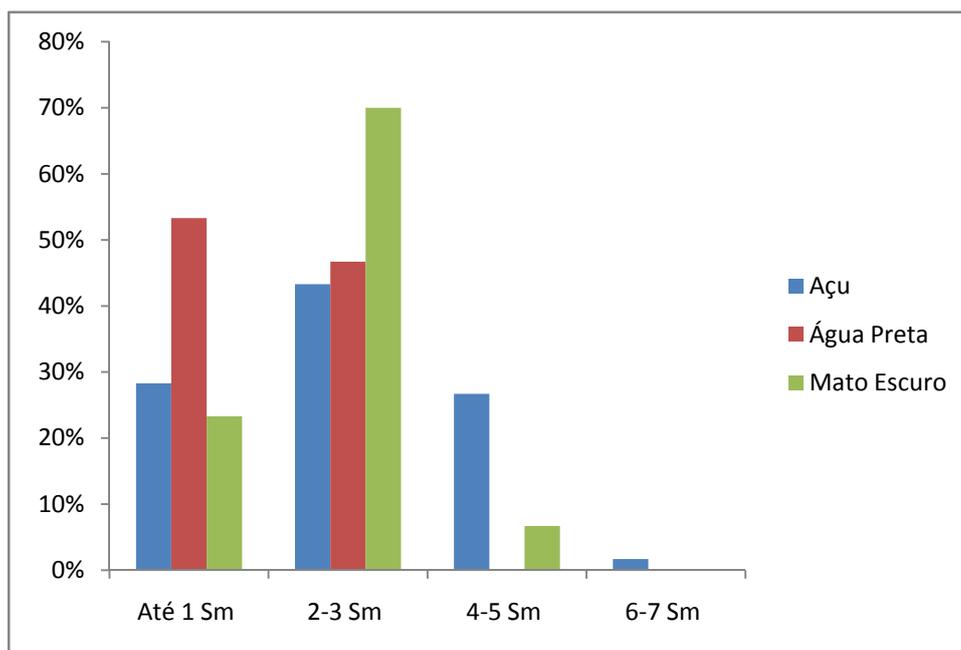


Figura 5 - Renda familiar mensal (s.m).

Neste sentido, ainda que isto não se apresente como uma grande novidade, este estudo demonstra que a baixa qualificação das atividades econômicas se reflete diretamente na remuneração.

4.2 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS NAS LOCALIDADES ESTUDADAS

Quanto à infra-estrutura básica, as localidades estudadas são dotadas de fornecimento de energia elétrica desde 1982 (fornecida atualmente pela Ampla Energia e Serviços) que atende toda a população local, tanto a do núcleo urbano quanto as das áreas mais isoladas. Entretanto, este serviço é oferecido de forma deficiente por apresentar problemas diários de queda de tensão, devido à sobrecarga no sistema e, devido à intensidade de ligações clandestinas e, no caso do Açú por causa, ainda, da maresia excessiva que provoca danos na rede de fornecimento de energia. No entanto, somente a área central do Açú, possui água tratada fornecida pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

Deste modo, o fornecimento de água tratada no município de São João da Barra funciona, quase em sua totalidade, através de água subterrânea, onde somente a sede do município (1º Distrito) e parte da localidade de Atafona é atendida por serviços de água captada diretamente do Rio Paraíba do Sul. Desta forma, as localidades do 5º distrito (Pipeiras) e do 6º (Barcelos) utilizam quase exclusivamente águas de poço, sendo apenas os trechos urbanos por água tratada.

Desta forma, a grande maioria das localidades destes distritos utiliza água subterrânea ou é abastecida por carros pipa. Neste sentido, parte da população que não é servida por serviço de água encanada, geralmente utiliza poços, de qualidade duvidosa, e com alto risco de contaminação biológica. Além disso, o elevado nível de salinização da água acaba comprometendo ainda mais a qualidade da água utilizada para o consumo doméstico.

De acordo com os resultados obtidos, foi possível confirmar que apenas os moradores das regiões mais centrais do Açú, normalmente mais próximas da área da praia, são abastecidos com água tratada. Já nas localidades de Água Preta e Mato Escuro, a população normalmente utiliza água subterrânea sem tratamento e também caixas d'água instaladas em pontos centrais, que são periodicamente abastecidas por "carros pipa" da PMSJB (Figura 6).

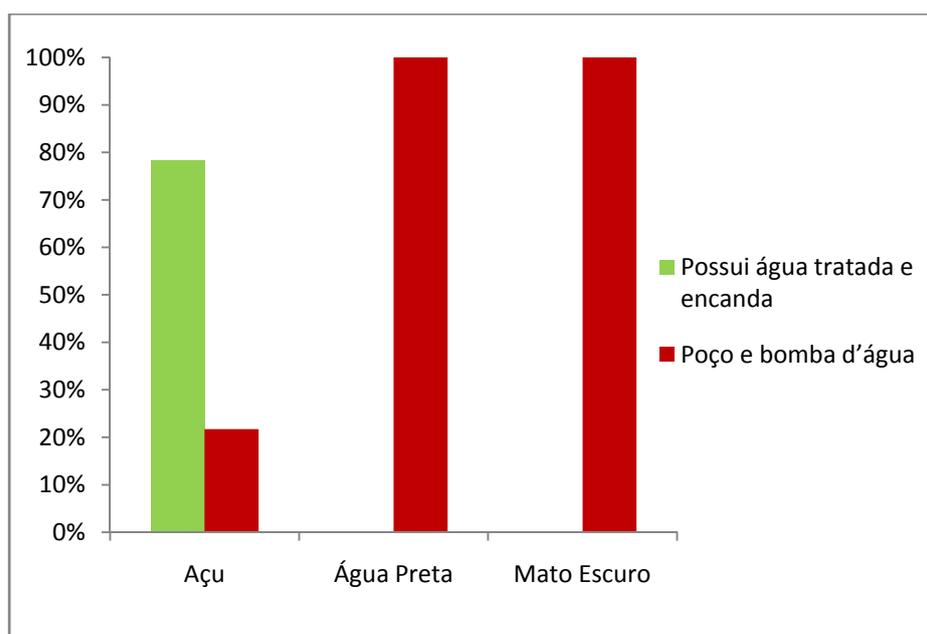


Figura 6 - Proporção de domicílios dotados de água encanada e poço nas três localidades estudadas (%).

Quanto ao serviço de coleta de lixo inexistente até 1992, passou a ser realizado, sem regularidade a partir deste ano especificamente no período de verão, quando a região, principalmente o Açú, recebe um grande número de turistas e antigos moradores residentes em outras cidades, o que agravava o problema com o lixo. Todo lixo produzido nestas localidades era depositado em brejos, lagoas, ou em meio à vegetação de restinga em locais distantes da população. Logo após a regularização da coleta ocorrida em 1994, o destino do lixo continuou sendo a

restinga nativa em áreas afastadas⁸ dos aglomerados urbanos. Continuou também, sendo um serviço irregular, pois o caminhão de coleta não passa regularmente durante os três dias designados para realizar a coleta e, também este serviço não atende a população das áreas mais afastadas destas localidades.

A região do Açú também se destaca em outros aspectos quanto à infraestrutura básica existente, demonstrando estar mais bem servida de equipamentos públicos e coletivos, sendo o único local a possuir posto policial e escola de ensino médio e ensino noturno. No que refere ao atendimento à saúde, observou-se que, enquanto no Açú e na localidade de Mato Escuro, a população é servida por postos de saúde, a população da localidade de Água Preta deve se deslocar para ser atendida em Mato Escuro.

4.2.1 Principais problemas detectados nas localidades estudadas.

Os principais problemas detectados nas localidades estudadas, na visão da população e lideranças comunitárias, são a crescente falta de segurança, que tende a aumentar devido o provável crescimento populacional, falta de capacidade de atendimento de demandas por serviços essenciais, como saneamento básico (água e esgoto), serviço de iluminação pública e fornecimento de energia pelo município (Tabela 7).

Tabela 7 - Principais problemas afetando a qualidade de vida das comunidades.

Problema	Açú	(%)	Água Preta	(%)	Mato Escuro	(%)
1	Iluminação	43,3	Água e esgoto	46,7	Água e esgoto	33,3
2	Água e esgoto	23,3	Desemprego	20,0	Pavimentação	16,7
3	Segurança	21,7	Saúde	23,3	Educação	20,0
4	Pavimentação	16,7	Iluminação	13,3	Saúde	13,3
5	Educação	31,7	Pavimentação	20,0	Segurança	10,0

⁸ Existia um grande lixão a beira mar no local onde hoje estar sendo construído o Complexo portuário-industrial.

Neste contexto, os principais problemas destacados nestas localidades são os problemas relacionados à questão da água e do fornecimento de energia. Desta forma, para a Sra. Maria Aparecida Gomes, presidente da Associação de Moradores da Barra do Açu, os principais problemas da localidade se referem à questão do fornecimento de água e de energia, visto que:

“A situação da água e da luz é precária, a água tratada da CEDAE não atende a praia toda e, quando chega à época do verão, então é pior. Só tem água tratada no centro da praia e uma rua depois da caixa d’água já não tem água tratada. A luz é muito fraca e a maresia aqui é muito forte, estraga tudo”.

Neste sentido, a Sra. Maria Aparecida Gomes considera ineficiente o serviço de fornecimento de água e de energia devido aos problemas já citados anteriormente. Outro grave problema envolvendo ao serviço de energia é a falta de iluminação pública, pois as ruas destas localidades estão todas mal iluminadas e, em muitos locais existem ruas sem iluminação.

De forma similar o Sr. Jeremias Peixoto da Silva, presidente da Associação de Moradores de Mato Escuro e Água Preta, também destacou que o principal problema afetando as duas localidades que sua associação representa é a falta da rede de distribuição de água. Conforme o relato do Sr. Silva, o lençol freático destas localidades é muito superficial, sendo facilmente contaminado por agrotóxicos que são aplicados nas lavouras da região. Assim, este problema, somado ao fato de não existir tratamento de água para o consumo da população, torna grave a situação do abastecimento de água em todas as localidades estudadas. Por este motivo, como ressaltou o Sr. Silva, houve um grande processo de luta para conseguir uma unidade de tratamento de água na região de Açu. No entanto, até o presente momento, só foram fornecidas caixas d’ água que ficam distribuídas em pontos estratégicos das localidades, e que representam a principal fonte de água potável para a população destas localidades. Porém, o abastecimento de água continua sendo problemático, especialmente pelo fato de que muitos moradores têm que andar grandes distâncias para buscar a água que consomem em suas residências.

Outro problema sério identificado nas localidades estudadas se refere ao funcionamento dos postos de saúde. Conforme relatos obtidos através dos líderes comunitários e por membros da população local, não há ali um atendimento regular, e a ambulância que presta assistência de emergência às comunidades muitas vezes

não presta os serviços devidos. Além disso, os moradores reclamaram das exigências burocráticas que existem para deslocar ou encaminhar pacientes em estado grave para unidades de saúde e hospitais localizados no município de Campos dos Goytacazes. Neste sentido, vale ressaltar que, desde o verão de 2008 até o presente momento, estas localidades estão sendo prejudicadas em função do não provimento dos serviços de saúde em função de problemas judiciais referentes a contratos irregulares que teriam sido promovidos pela PMSJB realizados no primeiro mandato da prefeita Carla Machado.

Outra questão que foi considerada problemática pelos entrevistados e pela população em geral refere-se aos serviços de transporte coletivo. O fato é que a maioria da população local necessita usar transportes coletivos para ter acesso a serviços existentes no centro urbano de São João da Barra, ou mesmo em Campos dos Goytacazes, tais como hospitais, bancos, comércio e escolas. Contudo, devido à qualidade deficiente dos serviços de transportes coletivos (tanto em termos de disponibilidade de horários como no estado de conservação dos veículos) e ao alto custo das passagens, a população local acaba tendo dificuldade no momento de se locomover para fora da região do Açú. Neste sentido, a Sra. Maria Aparecida Gomes afirma que:

“as passagens de ônibus são caríssimas, mais eu acredito que a passagem de ônibus é muito cara porque aqui só tem uma empresa, mas a partir do momento que outra empresa entrar talvez a passagem fique mais barata”.

Neste sentido, a Sra. Maria Aparecida Gomes afirma também que não existe uma linha circular dentro do município e como a maioria dos moradores do local depende de ônibus, a solução deste problema se torna de grande urgência. Além destes, outros problemas sérios identificados, são a falta de pavimentação (estradas e ruas em péssimas condições), falta ou ineficiente serviço de limpeza pública, descaso com a educação pública, desemprego e quanto ao serviço de comunicação (telefonia pública) que não existem em número satisfatório e que raramente funcionam.

4.3 A RELAÇÃO POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A análise dos resultados indica que a maioria da população das localidades estudadas relaciona o meio ambiente⁹ mais diretamente aos ecossistemas naturais, ou seja, relaciona meio ambiente com os elementos da natureza ou recursos naturais, especificamente em relação aos corpos aquáticos (i.e.; brejos e lagoas) existentes na região. A importância atribuída aos corpos aquáticos existentes é comumente atribuída ao fato de que estes ecossistemas são fontes importantes de renda (pesca, coleta de plantas, como as taboas que são utilizadas na confecção de esteiras), de realização de atividades de lazer, e de escoamento das águas das chuvas (Figura 7).

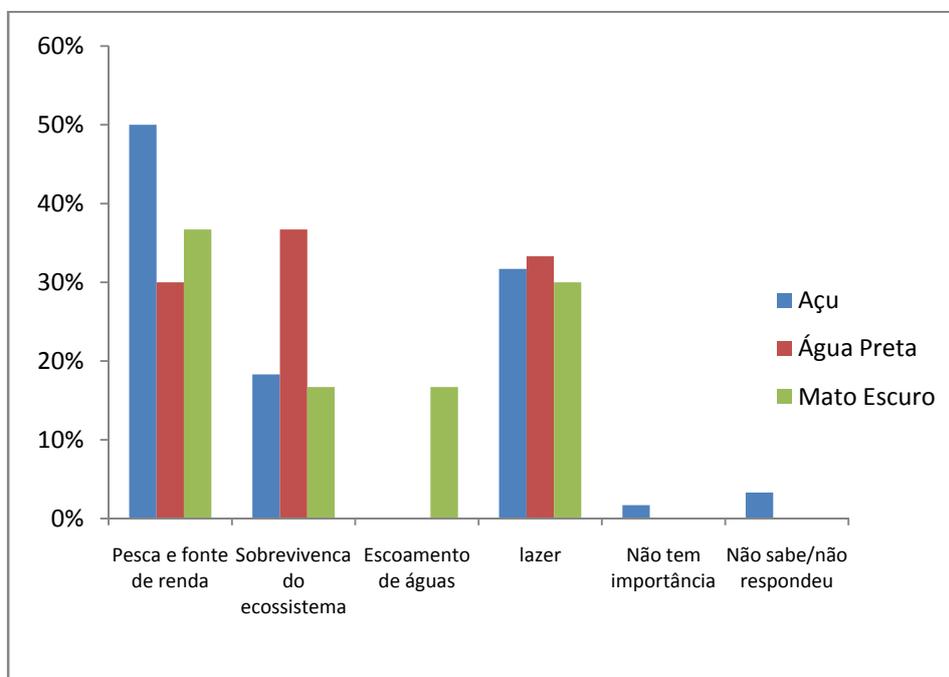


Figura 7 - Formas valorativas de lagoas e brejos existentes nas localidades do Açú e Água Preta.

Em relação às mudanças ambientais que vem ocorrendo na região, os resultados obtidos indicam que a população as relaciona a uma série de fatores que objetivamente refletem processos essencialmente de natureza antrópica (Tabela 8). Assim, o processo de crescimento urbano é visto de forma geral como o grande responsável pela alteração ambiental causada no espaço natural.

⁹ A Lei 6.938/81, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, define o meio ambiente como: “o conjunto de condições e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Tabela 8 - Principais problemas ambientais ocorrendo nas comunidades estudadas.

Problema	Açu	(%)	Água Preta	(%)	Mato Escuro	(%)
1	Enchentes	33,3	Enchentes	80,0	Enchentes	53,3
2	Despejo de lixo em corpos aquáticos	21,7	Despejo de lixo em corpos aquáticos	46,7	Pesca predatória	16,7
3	Aterro de corpos aquáticos	16,7	Desmatamento e queimadas	23,3	Despejo de lixo em corpos aquáticos	31,0
4	Pesca predatória	16,7	Pesca predatória	3,3	Desmatamento e queimadas	13,3
5	Desmatamento e queimadas	5,0	Outros problemas	6,7	n.a.	

No entanto, é interessante notar que o principal problema ambiental citado nas três localidades refere-se às enchentes que, sazonalmente, ocorrem na região, e que foram agravadas em função das práticas de ocupação que contribuíram para aumentar o grau de degradação ambiental na região do Açu. Desta forma, ao longo dos anos a região passou por sucessivos processos de degradação que começou com o início do povoamento da região e principalmente devido à atividade imobiliária que junto a atividade agropecuária causou a redução em grande escala da vegetação nativa, das espécies animais e a redução dos corpos aquáticos.

Por outro lado, no que se refere à atribuição de responsabilidades na tomada de ações que revertem estes problemas ambientais, os resultados mostram que a população local desconhece a existência de organizações ambientais e de qualquer tipo de atividades realizadas pela PMSJB no que tange à realização de medidas que possam solucionar os problemas ambientais existentes na região do Açu. Apesar disto, quanto instigados a atribuir responsabilidades no tocante à solução destes problemas, a maioria apontou a PMSJB como a principal responsável pela execução das possíveis soluções, enquanto se mantinham quase totalmente afastados deste processo (Figura 8).

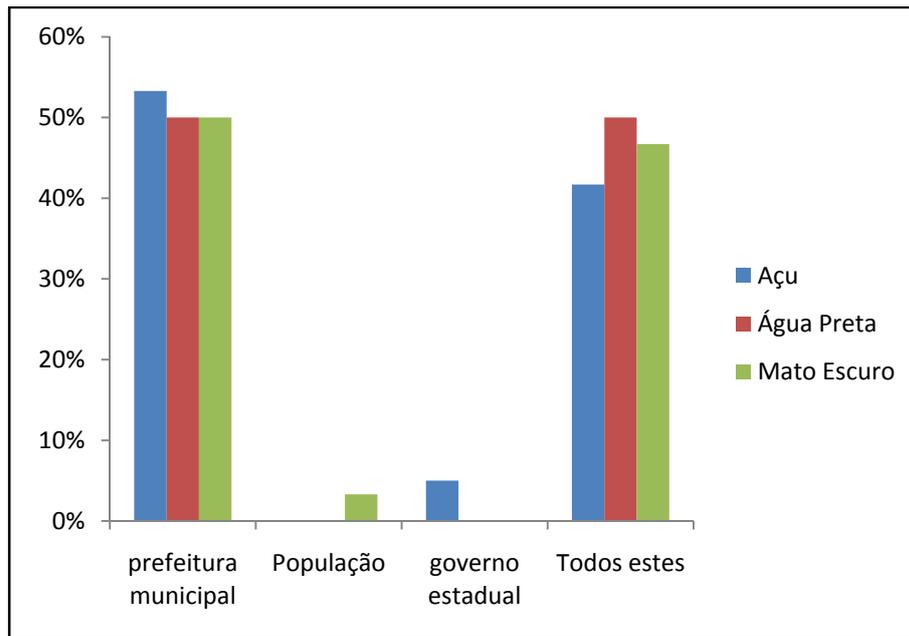


Figura 8 - Responsabilidade pela solução dos problemas ambientais existentes na região do Açú (%).

Neste ponto, é interessante apontar que ficou demonstrado que o reconhecimento tácito da existência destes problemas, alguns que os próprios moradores consideram graves, não leva há um necessário auto-engajamento destas comunidades no processo de busca de soluções. Este descompasso pode ser explicado em relação ao baixo nível de engajamento organizativo dos moradores, como ficará demonstrado na seção seguinte.

4.4 A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS

A organização social refere-se aos sistemas de relações de obrigação que existem entre os grupos que constituem determinada sociedade. No entanto, percebe-se que a população local, não sabe como agir e qual o seu verdadeiro papel no planejamento das ações locais. No caso específico da localidade do Açú, observou-se, através dos relatos da Sra. Maria Aparecida Gomes, presidente da associação de moradores do Açú, que os primeiros representantes desta associação eram pessoas ligadas ao poder público municipal e, que existia uma grande manipulação política dos moradores, de acordo com os interesses do grupo à frente da associação. Pouco tempo depois, por falta de quem se predispusesse assumir a liderança da associação, esta ficou fechada por quase oito anos. Portanto ficou mais tempo fechada do que em funcionamento, o que, junto à falta de interesse da

população em participar de atividades e reuniões promovidas pela associação, contribuiu para a pouca representatividade desta associação. Neste sentido, como afirma a Sra. Gomes, a comunidade local só procura a Associação para resolver problemas como: *“tirar documentos, quando precisa de utensílios como porta, janela, móveis, como é o caso dos moradores atingidos pelas enchentes, quando precisam de remédios, cesta básica e roupas”*.

Por outro lado, o Sr. Jeremias Peixoto da Silva, presidente da Associação de Moradores de Mato Escuro, afirmou que não existe vinculação política entre a sua associação e o poder público municipal de São João da Barra. O Sr. Silva argumentou, ainda, que a sua associação busca, através de seus próprios recursos e reivindicações, solucionar os problemas da sua localidade, através, por exemplo, da criação de

“uma cooperativa para os agricultores, artesãos e doceiras poder vender sua produção. Não existe incentivo nenhum pra isso. Nós temos uma cozinha com fogão industrial na associação que criamos, mas não existe como vender o que se produz. Em relação ao artesanato é a mesma coisa. Para os agricultores seria muito importante esta cooperativa que evitaria os altos preços com os atravessadores”.

No entanto, segundo o Sr. Silva, na sua localidade predomina a falta de interesse da população pelas atividades promovidas pela associação. Neste sentido, o Sr. Silva apontou que:

“a população só procura a associação para resolver problemas como enchentes, pra obter remédios, consultas, alimentos para a família, buscam sempre que precisam resolver algo de urgência”.

Neste contexto de baixo nível de participação da comunidade local em atividades ou reuniões promovidas pela associação, o próprio Sr. Silva indicou que a participação da comunidade é muito pouco representativa, mesmo quando são promovidas reuniões importantes para oferecer esclarecimentos sobre os problemas que afetam a localidade e quando são realizadas discussões em torno da busca de melhorias locais. Neste sentido, o Sr. Silva, afirmou que:

“A participação da população nas reuniões é muito baixa; a população não participa das reuniões, a não ser quando precisam, quando se diz que vai haver algum benefício direto, como distribuição de sacolões e cesta básica”.

Da mesma forma, também no Açú é confirmada esta ausência em relação à participação da comunidade em reuniões e atividades promovidas pela associação. Assim, conforme a Sra. Gomes,

“A população participa pouco, a comunidade não gosta de participar das reuniões, só aparece quando há organização de festas e distribuição de alimentos, ou quando a prefeita vem a alguma reunião. A associação não funciona direito porque não tem uma participação grande dos moradores”.

A participação da população constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições políticas e das organizações sociais, uma vez que favorece a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem à capacidade do indivíduo de influenciar o processo decisório. No entanto, como as reivindicações dos moradores são feitas na própria sede do município ou por intermédio de vereadores, a participação da população na Associação dos Moradores é relativamente muito baixa. Neste sentido, os resultados obtidos em relação à participação nas duas associações de moradores existentes nas localidades estudadas mostram que o nível de participação dos moradores é bastante baixo (Tabela 9).

Tabela 9 - Nível de engajamento nas associações de moradores e suas atividades (%).

Nível participação		Açú (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro
Sabe se existe associação de moradores na localidade?	Sim	100,0	20,0	100
	Não	0	80,0	0
Se souber, é associado?	Sim	11,7	0	3,3
	Não	88,3	100,0	96,7
Participa das reuniões?	Sim	26,7	0	16,7
	Não	73,3	100,0	83,3

Vale ressaltar que a grande maioria da população da localidade de Água Preta desconhece e/ou não considera a associação de moradores de Mato Escuro como representativa dos interesses de sua localidade. Este contexto de baixo engajamento nas associações de moradores fica ainda mais evidente pelo fato de que a maioria dos moradores (por não frequentar reuniões organizadas), não

soube responder qual seria o nível de eficiência das ações realizadas pelas organizações comunitárias. Por outro lado, muitos moradores mesmo não frequentando as reuniões consideram fraca a atuação da associação da qual não participam. Mas o baixo nível de engajamento em organizações sociais não se restringe às associações, pois a forma dominante de engajamento social encontrado nas três localidades foi a participação em grupos religiosos.

4.5 CONTRASTANDO VISÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES TRAZIDAS PELO COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DO AÇU.

Nesta seção, busca-se uma análise em relação à verificação do tratamento dado pelo poder público municipal à problemática sócio-ambiental, especificamente nas mudanças que deverão ocorrer em função da instalação do complexo portuário-industrial, tanto no âmbito dos ecossistemas naturais quanto das populações que ali habitam tradicionalmente. Busca-se, também, compreender a posição dos representantes da MMX no que se referem as suas contribuições para o desenvolvimento econômico na região e quais seriam as estratégias de prevenção ou compensação para se reduzir as possíveis consequências sócio-ambientais que serão geradas pelo referido empreendimento.

4.5.1 A visão dos empreendedores do Grupo EBX e da LLX

Segundo informações contidas no site da Empresa de Logística e Infra-Estrutura Portuária (LLX) ¹⁰ na rede mundial de computadores, a posição dos representantes da MMX em relação ao Complexo Portuário Industrial do Açú, considerado o maior projeto privado em curso no Brasil, é que o referido empreendimento promoverá um grande processo de desenvolvimento para a região norte fluminense, assim como para o país. Desta forma, a LLX aponta que o Complexo Portuário Industrial do Açú vai possibilitar diversos investimentos no município de São João da Barra, gerando investimentos que promoverá o aumento na arrecadação de impostos e a abertura de postos de trabalho, mudando a situação de estagnação econômica que o município se encontra e, contribuindo para a difusão de efeitos multiplicadores para a economia regional, pois poderá servir de base de apoio para a indústria petrolífera da região e para o setor alcooleiro da região.

¹⁰ <http://www.llx.com.br>

O Complexo Portuário Industrial do Açú na visão dos seus empreendedores, além de situar-se na região sudeste, região econômica mais importante do país, estar sendo construído numa região que possui condições físicas (característica do clima, como ventos favoráveis para a dispersão de poluentes, profundidade do mar próximo a costa, menor distância em relação às reservas de minério de ferro que estão no estado de Minas Gerais, para a construção do mineroduto até o litoral da região norte do estado do Rio de Janeiro no município de São João da Barra e, disponibilidade de grandes áreas para a instalação de novos empreendimentos) favoráveis para a instalação do empreendimento.

A LLX acrescenta que por estar longe de aglomerações urbanas, a área do Açú é propícia a construção do empreendimento por causar poucos impactos socioambientais. Ou seja, esta região estar situada distante dos centros urbanos de São João da Barra e de Campos dos Goytacazes considerada pelos empreendedores como a população mais densa do entorno do Complexo Portuário Industrial do Açú. Assim sendo, vale ressaltar que as pequenas comunidades tradicionais residentes há décadas nesta área estão sendo removidas do local, mediante desapropriações e compra de propriedade por valores considerados ínfimos diante da valorização desta área.

Desta forma, uma de suas ações iniciais da LLX foi alocar os 152 posseiros que habitavam a propriedade adquirida para a realização das obras para outra propriedade localizada no 4º Distrito do município de São João da Barra, o distrito de Cajueiro. Para a LLX, esta transferência da população que habitava a fazenda Saco D' anta, onde estar sendo construído o Complexo Portuário Industrial do Açú para outra área é vantajosa para estes porque possui condições melhores do que as condições existentes na antiga propriedade em que viviam no Açú. A LLX informa ainda que estar beneficiando a população através da área dos serviços de saúde, tendo entregado ambulâncias para a PMSJB fazer uso nas localidades no entorno do empreendimento, além de ter contribuído para a realização de reformas nos postos de saúde e nas estradas pertencentes ao município de São João da Barra.

No tocante à proteção ambiental, a LLX afirma que por Complexo Portuário Industrial do Açú situa-se em uma área composta de antigas pastagens e, portanto desprovida de cobertura vegetal em regeneração, esta área pode acolher o empreendimento sem maiores intervenções ao ecossistema local. Ou seja, na visão dos empreendedores, visto que mais de 70% da vegetação de restinga e a fauna

local foram praticamente eliminadas da região não são previstos muitos impactos significativos neste ecossistema. Por outro lado, a LLX afirma que este empreendimento promoveu à supressão dos remanescentes de vegetação de restinga de uma área de 239 hectares, assim como o recolhimento da fauna local que foi encaminhada para outras áreas propícias a sua sobrevivência. Toda esta ação foi realizada, através de licença ambiental concedida pelo INEA, contrariando a legislação ambiental que afirma que esta área que deveria se preservada. Neste ponto, a LLX declara ter feito a criação de uma área de proteção ambiental no entorno das lagoas de Grussaí e Iquipari, afirmando assim que suas atividades e operações estão regulamentadas e aprovadas pelos órgãos ambientais e, desta forma, em perfeita “harmonia com o meio ambiente e a qualidade de vida de quem está no entorno dos mesmos”. No entanto, a LLX afirmou que inevitáveis impactos serão gerados durante e após a construção do Complexo Portuário Industrial do Açú.

Mas diante desta problemática, a LLX declarou que para amenizar os inevitáveis impactos que surgirão, manterá programas de monitoramento ambiental e estudos de impacto ambiental, que já foram devidamente aprovados pelos órgãos competentes, garantido assim, que não mais riscos de interrupção das obras. Neste aspecto, a LLX afirma que faz a integração entre o desenvolvimento, proteção à natureza e às comunidades locais. Enfim, segundo o que divulga a LLX em sua página, a visão do Grupo EBX é que este empreendimento trará grandes investimentos e desenvolvimento para a região e, quanto aos impactos socioambientais, a LLX afirma que fará a sua parte, através das medidas de mitigação e compensação, buscando solucionar todos os problemas que possam prejudicar o município de São João da Barra e toda a região no entorno do Complexo do Açú.

4.5.2 A Perspectiva do poder público municipal de São João da Barra

O poder público municipal de São João da Barra partilhando da mesma visão do Grupo EBX, afirmando através das declarações contidas no site que a PMSJB¹¹ mantém na rede mundial de computadores, que não são previstos impactos socioambientais significativos na região onde está sendo construído o Complexo Portuário Industrial do Açú. O poder público municipal justifica estas declarações

¹¹ <http://www.sjb.rj.gov.br/>

ressaltando que aproximadamente 70% da vegetação de restinga desta área já está degradada devido o desmatamento ocorrido em décadas muito anteriores a instalação deste empreendimento.

Por outro lado, é possível confirmar através de registros históricos e relatos dos moradores locais que esta degradação ocorreu mediante a facilitação dos órgãos ambientais em relação à falta de fiscalização e do poder público local que sempre tendia ao favorecimento dos proprietários destas áreas, na realização do desmatamento para a realização de atividades agropecuárias e de venda de madeira para as olarias da região. Posteriormente, com o assentamento de várias famílias pertencentes ao movimento dos trabalhadores rurais sem terras nesta área, o desmatamento e venda ilegal de madeira continuaram ocorrendo.

Neste contexto, uma área de 239 hectares de vegetação de restinga desta região foi removida, e com as desapropriações que estão em vista de ocorrer, independentemente do tempo em que ocorrerá, comprometerá este importante ecossistema de restinga que se situa nesta região onde estar sendo construído o Complexo Portuário do Açú, pois com o novo plano diretor do município (lei n.50/060), o poder público municipal assegura aos novos empreendedores grandes espaços (zona de expansão industrial) para a instalação de novos empreendimentos. Neste caso, a desapropriação de vastas terras nesta área visa privilegiar o referido empreendimento sendo construído, assim como os futuros empreendimentos que se instalarão nesta região. Assim sendo, o ecossistema local tende a ser alterado e degradado e a população local tende a ser deslocadas das áreas visadas para a instalação dos novos empreendimentos.

O Secretário de Meio ambiente de São João da Barra, o Sr. Marcos Antônio de Sá Machado, em declaração postada em 5 de Dezembro de 2008 no site da PMSJB, afirmou que “estamos diante de uma oportunidade única”, com o Complexo Portuário Industrial do Açú, o município irá aumentar a arrecadação de impostos, que trará benefícios para toda a população através do investimento em saúde, educação, infra-estrutura entre outras áreas, o que cobre qualquer impacto que inevitavelmente será gerado. Desta forma, ressalta-se a importância do desenvolvimento do município a qualquer custo, afirmando-se que diversos impactos irão ocorrer. Mas estes impactos se referem mais exclusivamente aos impactos ambientais, visto que na visão do poder público local, a população vai ser

extremamente beneficiada com os investimentos que serão realizados no município e com o desenvolvimento que ocorrerá.

Neste contexto, é interessante notar que a Prefeitura de São João da Barra, apesar de declarar publicamente que manterá suas ações e estratégias no que tange ao desenvolvimento local, já firmou diversos acordos com o Grupo EBX ao qual pertencem tanto a MMX como a LLX, duas empresas diretamente envolvidas na construção deste mega-empreendimento, visando facilitar a sua implantação.

Assim, a PMSJB firmou diversos acordos de aproveitamento de mão-de-obra local mediante programas de assistência social e de qualificação profissional (em parceria com o SENAI, SESI e o Instituto Federal Fluminense), de modo a ampliar a oferta de cursos técnicos em informática industrial, segurança do trabalho e operações e logística, sem que estes precisem sair dos limites do município. No entanto, o oferecimento e a qualificação nestes cursos não garante a população local desfavorecida garantia de emprego nas obras do complexo portuário industrial, cumprindo assim, mais uma recomendação formal disposta nos relatórios de impacto ambiental. Além disso, mesmo com estes cursos, a população local estar despreparada em relação aos migrantes que vem de diversas regiões do país para trabalhar nas obras deste empreendimento.

Além destes cursos, a PMSJB tem oferecido ainda bolsas universitárias de 50 e 100% a população que almeja se graduar nas universidades privadas localizadas principalmente em Campos dos Goytacazes. Neste caso, vale ressaltar que esta iniciativa beneficia principalmente as classes mais favorecidas do município e, muitos nem sequer residem no município.

4.5.3 A atuação e iniciativas do INEA no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário do Açú

O superintendente regional do INEA, Sr. René Justen, afirmou que é da competência do INEA conduzir o processo de concessão das licenças ambientais no estado do Rio de Janeiro, após a fusão da FEEMA com a SERLA. Um critério básico para obtenção das licenças necessárias seria a combinação de esforços para a proteção ambiental no âmbito dos programas de desenvolvimento econômico que venham a ser desenvolvidos numa determinada região do território fluminense.

Assim, o Sr. Justen informou que a LLX obteve autorização para suprimir 323 hectares de vegetação, a maioria de restinga, para a execução das obras do Porto

do Açú, visto que a empresa já possui a licença prévia e a de instalação, concedidas pelo próprio INEA. Além disso, de acordo com o Sr. Justen, o INEA já emitiu a licença prévia para duas termelétricas a carvão. No entanto, quanto ao processo de licenciamento da chamada retro-área industrial do Complexo do Açú, o Sr. Justen informou que apesar de muitas empresas já terem apresentado os pedidos de licença, a complexidade do ecossistema local e dos outros empreendimentos já autorizados, estas empresas ainda não receberam sequer a licença prévia.

Quanto aos procedimentos que envolveram o processo de concessão de licença ambiental para a construção do Porto do Açú, e da termoelétrica a carvão, o Sr. Justen afirmou que os mesmos foram realizados de forma a garantir que tudo fosse feito da melhor maneira possível. No caso da termoelétrica, o Sr. Justen afirmou que o:

“empreendimento tem a melhor tecnologia possível, é tudo de mais moderno que existe do mundo, os equipamentos de controle de qualidade do ar são excelentes, já está tudo definido.”

No entanto, tecnologias avançadas e sofisticadas não impedirá que ocorra catastróficos impactos ambientais e, as medidas de mitigação e compensação não cobre a perda deste importante ecossistema de restinga, assim como não recompensa garante as das populações tradicionais do entorno do empreendimento da perda (desapropriações ou compras de terras por valor por baixo valor) e destruição de seu território. Porém, conforme relatado pelo Sr. Justen, superintendente regional¹², como este empreendimento está de acordo com a legislação ambiental, não houve impedimento por parte do INEA a concessão de tais licenças”. Esta afirmação do o Sr. Justen é contraditória visto que não houve a participação do IBAMA¹³ nos processos de licenciamento. Desta forma, pode-se observar que as concessões de licenças ambientais concedidas pelo INEA ocorreram privilegiando o interesse político envolvido, favorecendo assim a implementação do Complexo Portuário Industrial do Açú.

Além disso, o Sr. Justen afirmou que com relação à preservação dos ecossistemas existentes no entorno do Complexo Portuário Industrial do Açú foram

¹² JUSTEN, René. Entrevista realizada em dezembro de 2008.

¹³ Segundo as afirmações do professor Soffiati, como o complexo portuário industrial do Açú está sendo construído no litoral (o porto está sendo construído no mar- domínio da união), não pode haver a ausência do IBAMA no processo de licenciamento.

tomadas todas as precauções em relação a mitigar os impactos¹⁴ que serão gerados pelo empreendimento. Assim, Sr. Justen afirmou que, a preocupação principal deste órgão foi com que houvesse uma Unidade de conservação para proteger todo o ecossistema local, afirmando ainda que:

“A nossa preocupação na área do Açú foi criar uma reserva ambiental entre as lagoas de Iquipari e Grussaí. A gente já vinha há anos lutando para que ali tivesse uma área de proteção ambiental. Agora, o estado felizmente conseguiu montar uma unidade de conservação ambiental ali. Agora ali ficou uma área intocável”.

O Sr. Justen afirmou que o INEA tem realizado todas as ações possíveis para garantir a preservação da zona litorânea (i.e.; restingas, manguezais, brejos, lagoas e praias) dentro do município de São João da Barra, e em especial na área da Barra do Açú. Por outro lado, afirmou que em relação ao manguezal existente na Barra do Açú, a Lagoa Salgada (entre outras áreas de alta importância ecológica), não houve a demonstração de interferência e preocupações de impactos, talvez por causa destes ecossistemas se situarem distantes do Complexo Portuário do Açú. No entanto, há que se observar que, apesar das declarações do Sr. Justen, num pequeno intervalo de tempo, um proprietário rural local iniciou um novo loteamento imobiliário na região do Açú, bem como a própria LLX construiu um alojamento para seus operários exatamente entre o manguezal do Açú e a Lagoa Salgada.

O Sr. Justen informou que, diante da construção de empreendimentos como o mineroduto, o porto off shore e a usina termelétrica a carvão mineral, entre outros projetos que poderão surgir posteriormente com as atividades industriais e portuárias (como a siderúrgica chinesa), a responsabilidade do INEA foi o planejamento de ações para garantir a mitigação dos possíveis impactos ambientais na região no entorno do Complexo do Açú, vistos que inúmeros impactos socioambientais irão ocorrer. Assim, mediante o acordo de compensação, foi exigido uma verba específica, ou seja, que fosse disponibilizado em torno de 6 milhões de reais pela MMX para que a PMSJB pudesse investir na melhoria da infra-estrutura urbana no 5º distrito, distrito do Açú.

¹⁴ Em relação aos impactos que serão gerados no âmbito do complexo portuário-industrial do Açú, o Sr. Justen, nas audiências ocorridas, as principais questões levantadas foram em relação a medidas mitigadoras para compensar os impactos negativos, mas sem especificar exatamente quais.

Finalmente, o Sr. Justen indicou que, em sua opinião, foram tomados todos os cuidados com os problemas ambientais decorrentes da dragagem que será realizada na plataforma continental, visto que a drenagem em uma área plana como a do Açú dificulta a realização deste tipo de atividade. Contudo, o Sr. Justen assegurou que o INEA acompanhará todo este processo de modo a fiscalizar a sua realização. O Sr. Justen apontou ainda que foram tomados todos os cuidados em relação à construção do quebra-mar para o ancoramento de navios, que deverão seguir procedimentos e padrões previamente definidos. O fato da base do porto estar mais afastada da praia foi um ajuste realizado para aumentar a proteção da linha da costa.

4.6 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No que se refere à percepção dos moradores em relação aos impactos que estão ocorrendo nas localidades em função da construção do Complexo do Açú, os resultados mostram que, entre aqueles que perceberam algum tipo de mudança, a maioria foi negativa (Tabela 13).

Tabela 13 - Mudanças ocorridas na região, em decorrência do início da construção do Complexo Portuário do Açú (%)

Mudanças ocorridas	Açú (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)
Geração de empregos e renda	16,7	10	16,7
Insegurança em relação à desapropriação, desemprego, etc.,	21,7	6,7	10
Violência, perda de tranqüilidade, aumento do custo de vida.	30	46,7	46,6
Não houve mudanças	28,3	36,7	23,3
Não sabe/ não respondeu	0	0	3,3

As lideranças comunitárias também tenderam a apontar que as mudanças decorrentes da construção do Complexo Portuário-industrial são profundas, e marcadas por uma dualidade entre efeitos negativos e positivos. Em relação aos efeitos positivos, os presidentes das associações de moradores indicaram vários fatores, tais como o aumento da atividade do comércio local, e o aumento da

comercialização de lotes urbanos e dos ganhos com aluguéis de casas. Por outro lado, os líderes das associações também destacam mudanças negativas, que incluíram o rápido aumento populacional, o que também contribuiu para o aumento das taxas de violência e tumultos em locais públicos. Uma das preocupações demonstradas pelos entrevistadores referiu-se à preocupação de que na região do Açú se repitam os mesmos fatos que ocorreram em Macaé, onde a presença das companhias petrolíferas dinamizou a economia, mas trouxe também o aumento dos casos de violência. Um fato que também foi narrado como preocupante referiu-se ao aumento do custo de vida, pois o preço dos gêneros de primeira necessidade teria aumentado bastante desde o início das obras no Complexo do Açú, bem como o preço do aluguel de imóveis.

É interessante notar que a análise dos resultados obtidos demonstra que o Complexo Portuário do Açú é realmente visto pela população como um empreendimento que pode transformar e desenvolver a região. Tal expectativa parece decorrer do fato de que a maioria da população das localidades estudadas vivia e vive ainda, num ambiente rural marcado pela decadência da monocultura da cana-de-açúcar que, a partir de agora, tende a se agravar em função do fechamento de algumas das poucas usinas de açúcar e álcool que ainda estavam em operação no município de Campos. Este ambiente pouco promissor tem feito que contingentes significativos da população jovem destas localidades migrasse para cidades como Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Deste modo, é compreensível que, na população das localidades estudadas, predominem expectativas positivas no tocante à geração de empregos a partir da construção do Complexo do Açú. No entanto, em função da baixa escolaridade predominante na população local e da sua falta de treinamento para atuar em obras do porte que estão em curso no Complexo Portuário Industrial do Açú, a maioria dos moradores que ali conseguiram postos de trabalho acabaram ocupando funções que requerem baixo nível ou nenhuma especialização (Tabela 10).

Tabela 10 - Atividades nas quais os entrevistados e parentes destes se enquadram nas obras do complexo portuário.

Atividades	Entrevistado			Parente		
	Açu (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)	Açu (%)	Água Preta (%)	Mato Escuro (%)
Construção civil	3,3	3,3	0	6,7	10	33,3
Serviços de limpeza	8,3	3,3	3,3	8,3	23,3	10
Serviços de segurança	1,7	0	3,3	1,7	13,3	13,3
Setor de alimentação	1,7	3,3	0	1,7	3,3	0
Serviços administrativos	0	0	0	0	0	3,3
Setor de transportes	0	0	0	0	3,3	0
Outros	0	3,3	0	3,3	0	0
Não se aplica	85	86,7	93,3	78,3	46,7	40

Por outro lado, a análise dos questionários e das entrevistas dos líderes comunitários mostra que predomina uma definição de desenvolvimento relacionada ao crescimento econômico e progresso, que se traduziria na melhoria da condição local em aspectos referentes à infra-estrutura básica, lazer, educação, saúde e geração de renda e empregos. Neste sentido, o Sr. Jeremias Peixoto da Silva, presidente da Associação de Moradores de Mato Escuro, considera que:

“Desenvolvimento é também melhoria de vida para a população, porque não adianta de nada ter progresso se a população continuar sem nada, sem ter assistência digna por parte da Prefeitura e sem ter acesso aos empregos gerados pelo próprio porto que está aqui, pois os que vêm de fora tiram a vez (emprego) dos que já estavam aqui”.

Apesar disto, os líderes comunitários apontam que o Complexo Portuário Industrial do Açu é visto por eles como um empreendimento que poderá melhorar suas localidades através do surgimento de postos de trabalho. No entanto, estes também afirmam que, com o desenvolvimento previsto, ocorrerá também a transformação do local em um lugar violento e com sérios problemas sociais.

No que se refere à participação da população nas reuniões informativas realizadas a respeito da construção do Complexo Portuário Industrial do Açu. A

autora desta tese participou de duas destas reuniões ocorridas e pode constatar que as mesmas consistiram da exibição de um vídeo e de imagens que abordavam diferentes pontos relacionados ao empreendimento e ao meio ambiente local. No entanto, a participação da população nestas reuniões foi muito pequena, pois, a maioria da população, (63,3% no Açú, 86,7% em Água Preta e 70% em Mato Escuro) declararam não ter participado das reuniões que trataram da construção do Complexo do Açú.

Por outro lado, ao serem perguntados sobre a efetividade das reuniões e audiências em fornecer informações sobre o que está ocorrendo no Açú como resultado da construção deste mega-empreendimento, a maioria dos que participaram declararam não ter compreendido as informações fornecidas e que se sentiram desfavorecidas quando, através de indagações, expuseram suas desconfianças e dúvidas. Assim, de acordo com os moradores, as informações passadas nestas reuniões estavam desprovidas de um conteúdo claro, causando mais dúvidas do que fornecendo esclarecimentos.

Vale ainda ressaltar que, pelo fato de as organizações comunitárias locais terem uma baixa representatividade, o que é demonstrado pela baixa participação da comunidade, os seus líderes se veem com pouca força para atuar no processo de tomada de decisões quanto ao modelo de desenvolvimento que deveria ser implementado na região do Açú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta dissertação demonstram que já está em curso uma série de mudanças sócio-econômicas relacionadas à construção do Complexo Portuário do Açú no município de São João da Barra. A partir das evidências levantadas neste estudo, ficou confirmado que os possíveis benefícios econômicos que resultarão do funcionamento deste mega-empreendimento não deverão ser retidos localmente, pois, até o momento, a capacidade de emprego para as populações tem sido limitada, e que uma série de efeitos negativos já estão sendo assimilados pela população local. Desta forma, confirmou-se que os benefícios econômicos advindos do complexo portuário, foram absorvidos, principalmente pela população do distrito de Grussai, da sede do município e pelos, “migrantes forasteiros”, que passaram a ocupar cargos privilegiados nesta esfera econômica, gerando conflitos entre estes diferentes atores sociais e a população local, que ficou marginalizada neste processo.

Para agravar este descompasso, os resultados obtidos demonstram que a organização política das comunidades que estão sendo afetadas pela presença deste mega-empreendimento é bastante baixa, pois a sociedade que deveria se fortalecer frente às mudanças ocorrendo, sobretudo no que se refere às decisões que envolvem a localidade, se mostrou pouco informada e desarticulada, o que acaba dificultando a apresentação de demandas ao poder público e aos empreendedores privados, no sentido de destinar recursos para mitigar as possíveis alterações negativas que deverão resultar da instalação do Complexo do Açú. Dentre as primeiras conseqüências negativas palpáveis, encontra-se o aumento da especulação imobiliária. Contudo, para a população do entorno do empreendimento sendo construído, os benefícios iniciais tem sido pouco significativos.

Por outro lado, em termos do possível desenvolvimento da economia regional, o início da construção do Complexo portuário industrial do Açú não gerou o aquecimento econômico preconizado pelo Estado e pelos representantes do Grupo EBX. O fato é que o início da construção do Complexo Portuário Industrial do Açú foi acompanhado por uma visão otimista, visto que muitos moradores o associavam a uma mudança significativa e imediata no nível do desenvolvimento local. Desta forma, houve por causa da rápida especulação imobiliária, investimentos em

construções e melhorias de residências e estabelecimentos comerciais. No entanto, não ocorreu o fomento no comércio local como esperado e, a maioria das residências destinadas a alugueis ficaram desocupadas, devido em parte a construção de um alojamento (que abriga funcionários das obras) na localidade do Açú e, principalmente porque muitos dos funcionários que trabalham nas obras portuárias se deslocaram para Grussai, devido ao fato desta praia ter uma melhor infra-estrutura básica, (contrastando com o ambiente de moradias simples das localidades estudadas), comércio mais estabilizado, proximidade com o centro regional de Campos e da sede do município. Vale ressaltar, que o Distrito de Grussai já abrigava, desde o início das obras do complexo portuário, os altos funcionários das firmas e, atualmente atraiu também os funcionários que atuam em cargos inferiores. Desta forma, muitos habitantes das localidades estudadas, que investiram em moradias de aluguel e no comércio acabaram perdendo investimento.

Assim, o otimismo inicial foi rapidamente substituído por um misto de receio e frustração, dado o baixo investimento realizado nas localidades do entorno do Complexo Portuário Industrial do Açú e, porque a mesma população que no início encontrava-se eufórica com a perspectiva de “progresso local”, hoje, encontra-se receosa de perderem suas propriedades ou terrenos (desapropriações) e por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, devido à falta de qualificação profissional.

Além disso, a grande proximidade entre o Estado local e o Grupo EBX parece confirmar aquelas assertivas teóricas que colocam este tipo de empreendimento dentro de uma nova ótica de atuação do Estado brasileiro, que atua como facilitador e provedor para a expansão das atividades de grupos privados. O problema mais direto deste tipo de articulação é que a inexistência de canais organizados de pressão, ao nível da sociedade local, resulta numa falta de transparência sobre os mecanismos de perdas e ganhos, tanto ao nível social como no ambiental. Uma das grandes evidências disto foi o processo de esvaziamento que marcou a realização de reuniões de esclarecimento e as audiências públicas realizadas para definir o processo de licenciamento ambiental dos diferentes empreendimentos que serão colocados dentro do Complexo Portuário Industrial do Açú, onde a participação da população foi limitada e sem ganhos efetivos no sentido da criação de mecanismos de mitigação para os problemas sociais que a presença deste megaempreendimento trará não só na região de entorno, mas também em municípios

vizinhos, especialmente em áreas de serviços essenciais que já são claramente precários.

Neste contexto, pode-se afirmar a existência de uma forte correlação entre o poder público e privado. Assim sendo, no empenho de realizar as obras portuárias, observou-se que não houve restrições por parte dos órgãos ambientais (INEA) para a realização do empreendimento, predominando o entendimento de que tudo pode ser compensado ou mitigado como ficou previsto no estudo de impacto e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA do Porto do Açú). Desta forma, vários projetos (como a termelétrica) estão sendo previstos para ocupar as áreas de preservação permanentes ainda existentes nessa região. Estas áreas foram caracterizadas como áreas sem grande importância ambiental, visto que possui poucos remanescentes de restinga e por ser caracterizada como área de pastagem e degradada por atividades agrícolas. Confirmou-se, portanto, que os ecossistemas de extrema importância desta região serão ameaçados pelo empreendimento.

Finalmente, os resultados deste estudo colocam uma série de elementos de reflexão para os limites deste tipo de mega-empreendimento no processo de desenvolvimento local e/ou regional, não apenas porque os eventuais ganhos financeiros serão rapidamente transferidos para outras regiões, e mesmo continentes, mas como o passivo socioambiental será sentido principalmente ao nível local. No entanto os efeitos adversos previstos para esta região podem ser minimizados através dos esforços dos diferentes atores sociais para implantação de políticas públicas sócio-ambientais que visem realmente conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, Matheus Ponzoni. **Aproximação do Institucionalismo com Teorias do Desenvolvimento Sócio-Econômico.** Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**, - Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004.
- ALTÍSSIMO, Shayra Pinheiro do & SANTI, Auxiliadora Maria Moura. **Participação Social no Processo de Licenciamento Ambiental Corretivo do Distrito Ferrífero de Itabira – CVRD.** NPMS ISSN 1982-4602/ Anais do II Seminário Nacional. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil
- AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional.** Planejamento e políticas públicas ppp | n. 23 | jun 2001.
- ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Considerações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável da Atividade Portuária: uma análise da interface porto-estuário.** Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, Rio de Janeiro, 2006.
- ARRUDA, M. R & PELEGRINI, D. F. **Elementos do Discurso Ambientalista na Geografia.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo 2005.
- AZEVEDO, Flávia. **A comunicação do Governo Lula – o caso do Programa de Aceleração do Crescimento.** In: LEMOS, Moisés e PINTO, Manuel (orgs, 2008. Comunicação e Cidadania – Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação/ setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho). ISBN 978-989-95500-1-8.
- BORDALO, Alexandre. **São João da barra segue exemplo de Macaé**, 2007, acesso Internet.
- BORGES, Fernando Hagihara & TACHIBANA, Wilson Kendy. **O quadro evolutivo do ambientalismo e os impactos no ambiente dos negócios.** XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, novembro de 2005. Acesso em fev de 2008.
- BORIN, Elaine Cavalcante Peixoto. **O Sebrae e os arranjos produtivos locais : o caso de Nova Friburgo/RJ.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BRANDENBURG, Alfio. **Ciências Sociais e Ambiente Rural: Principais Temas e Perspectivas Analíticas.** Indaiaruba/ São Paulo, 2005.

- CIMA, Elizabeth Giron & Luci Suzana Bedin AMORIM. **Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação.** Rev. FAE, Curitiba, v.10, n.2, p.73-87, jul./dez. 2007
- CUNHA, Icaro Aronovich da. **Negociação Ambiental em Áreas Portuárias e Sustentabilidade.** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 59-70, abr./jun. 2006
- DEMAJOROVIC, Jaques. **Sociedade de Risco e Responsabilidade Sócio-ambiental: perspectiva para a educação corporativa.** São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2003.
- FRANCO, Ana Maria de Paiva & BAUMANN, Renato. **A substituição de importações no Brasil entre 1995 e 2000.** Revista de Economia Política, vol. 25, nº 3 (99), pp. 190-208, julho-setembro/2005
- FUKUDA, Sakiko. **Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano.** 2002.
- FURTADO, Celso. 1961. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- _____. Furtado, Celso. 1974. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra
- GOMES, Alexandre Duarte & PIZAIA, Márcia Gonçalves. **Arranjos Produtivos Locais – Uma abordagem do setor Minero-Metalúrgico no estado de Minas Gerais.** XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006
- HAFFNER, Jacqueline A. H. **Desenvolvimento econômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva histórica.** Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anuário Estatístico 2007) **Censo de 2000.**
- JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas.** RAP - Revista de Administração Pública. Edição: RAP 6 - 2000. http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=7.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo.** Editora Lidados, Rio de Janeiro, 1974.
- LASTRES, Helena Maria Martins. **Avaliação das Políticas de Promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Proposição de Ações.** RedeSist, Rio de Janeiro, 2007.

- LOPES, Sérgio Leite. **Sobre processos de “ ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação.** Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006
- MANTEGA, Guido. **Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico.** EAESP/FGV/NPP – NÚCLEO DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES, 1998.
- MONTANO, Marcelo & SOUZA, Marcelo Pereira de. **A viabilidade ambiental no licenciamento de empreendimentos perigosos no Estado de São Paulo.** Eng. Sanit. Ambient. [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 435-442. ISSN 1413-4152.
- MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. **Acesso a terra urbana em área de veraneio: análise da produção do espaço na Praia do Açú – RJ.** Dissertação de Mestrado em Economia. Departamento de Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 1996.
- MORAIS, I. R. Diniz. & DANTAS, E. M. **Desenvolvimento sustentável e planejamento regional: a experiência do Rio Grande do Norte/Brasil, 2006.**
- MOREIRA, Maria Teresa Vieira. **O Direito Ambiental e a Regulação das forças produtivas.** Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v.8, n 1, jan./abr. 1993.
- MOURA, Regina de Freitas Gomes. **Responsabilidade social empresarial no complexo portuário de Santos-SP.** Dissertação de Mestrado do Programa em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.
- OLIVEIRA, Edenis César de. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico: A Sustentabilidade como Modelo Alternativo.** Acessado em 2008.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de & LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável** Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003
- OFFE, Clauss. **A democracia partidária competitiva e o Welfare State Keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização.** In: OFFE, Clauss. Problemas estruturais do Estado capitalista, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PÁDUA, José Augusto. **A Ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais.** Artigo publicado no livro Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências, organizado por Milano, Takahashi e Nunes, Fundação O Boticário, Curitiba, 2004. <http://www.ambiente.sp.gov.br/ea/adm/admarqs/JoseAPadua.pdf>. Acesso em fev. 2008.
- PINHEIRO, Vínicius G. **Modelos de Desenvolvimento e Políticas Sociais na América Latina em uma Perspectiva Histórica.** Planejamento e Políticas Públicas nº 12 – jun/dez de 1995.
- PDM - **Plano Diretor Municipal de São João da Barra, 2008.**

- PREBISCH, Raúl (1949) “**O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**”. *Revista Brasileira de Economia* 3(4) dezembro 1949: 47-111.*
- RIGOTTO, R. 2002. **Democratizou-se a poluição? Um estudo dos riscos tecnológicos e ambientais associados à industrialização em região semi-árida do Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 1, n. 111, Abr 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-111.htm . Acesso em: nov. 2007.
- RIMA-Relatório de Impacto Ambiental da **Usina Termelétrica (UTE) Porto do Açú Energia S/A**. CONESTOGA-ROVERS E ASSOCIADOS/MPX. FEVEREIRO DE 2008.
- RODRIGUES, Eduardo Silva. **O Plano Plurianual 2008-2011 e o Programa de Aceleração do Crescimento**. XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008
- ROMEIRO, Ademar R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares** .Acesso: 25/02/2008.
- RUCKERT, Aldomar Arnaldo. **UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PNOT**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 04, número 08, 2005
- SABATINI, Francisco. **Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades Latino-americanas e o caso de Santiago do Chile**. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). Demografia da Exclusão Social. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 165-187.
- SAES, Flávio A. M. de. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República**. 1988.acesso em 2008.
- SARACENO, Daniella Vieira dos Santos. **O Papel do Terceiro Setor na Questão do Desenvolvimento Regional e Local**. Acesso internet, 2008.
- SANTANA, Angela. **A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados**. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SILVA, Danilo Freitas Ramalho da. **A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da São Paulo. São Paulo, 2005.
- SILVA Heloisa Conceição Machado da. **Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de**

exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Rev. Bras. Polit. Int. 46 (1): 39-65/ 2003.

SISCÚ João. DE PAULA, Luiz Fernando e MICHEL, Renaut. **Por que Novo-desenvolvimentismo?** 2005.

SIQUEIRA, Leandro de Castro. **Política Ambiental Para Quem?** Ambiente & Sociedade Campinas v. XI, n. 2 p. jul.-dez. 2008

SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. Entre a Terra e a Água: **Estudo sobre as Relações das Sociedades Humanas com os Manguezais da Ecorregião de São Tomé entre 1950 e 2000.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, agosto de 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de (1999) **Desenvolvimento Econômico.** 4ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas.

SOUZA; Paulo Marcelo de; Ney, Marlon Gomes e Mata, Henrique Tomé. **Perfil fundiário e padrão de desenvolvimento tecnológico: uma análise a partir dos municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.** XVI Congresso da SOBER, Rio Branco, Acre, 2008.

SRIVASTAVA,N.K. 1999. **Lagoa Salgada (Rio de Janeiro) - Estromatólitos recentes.** In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado no endereço <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio041/sitio041.htm>

TCE-RJ, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudo Socioeconômico 2008.** Acesso no site www.tce.rj.gov.br

TODARO, Michael e Smith, Stephen P. 2006. Economic DEvelopment. Prentice Hall.

TOLEDO, Caio Navarro. **“A ideologia nacional-desenvolvimentista: as promessas da autonomia”.** Campinas, EDUNICAMP, 1997, p. 133-166.

VEIGA, J. E. **O prelúdio do desenvolvimento sustentável.** In: Pedro Mercadante Oliva. (Org.). Economia Brasileira - Perspectivas do Desenvolvimento. S.Paulo, SP: Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005, v. 1, p. 243-266.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964).** Rev. Bras. Polit. 37 (1): 24-36/ 1994.

ZHOURI, Andréia. **Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability. Desafios para a Governança Ambiental.** RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais – VOL. N°68/ 2008.

ANEXOS

Anexo 1: Imagens fotográficas das três localidades estudadas

BARRA DO AÇU



IMAGEM 1- Centro da área urbana da localidade da Barra do Açu.



IMAGEM 2- Construções antigas na Barra do Açu.



IMAGEM 3- Residências existentes em diferentes pontos da Praia do Açu.



IMAGEM 4- Casas na região do Açú que teriam sido construídas entre as décadas de 40 e 50 do Século XX.



IMAGEM 5- Mar do Açú.



IMAGEM 6- Fotos das últimas ressacas do mar do Açú.



IMAGEM 7- Alojamento de funcionários do Complexo Portuário-Industrial.



IMAGEM 8- Loteamento clandestino e irregular as margens da Lagoa do Açú.



IMAGEM 9- Construções ilegais as margens da Lagoa do Açú.

ÁGUA PRETA



IMAGEM 10- Estrada e caminho de acesso ao complexo portuário-industrial.



IMAGEM 11- Uma das igrejas e a escola da localidade.



IMAGEM 12- Aspectos das moradias.

MATO ESCURO



IMAGEM 13- Centro de Mato Escuro.



IMAGEM 14- Moradias afastadas do centro.



IMAGEM 15- Associação de moradores e comercio local.

LAGOAS DA REGIÃO

Lagoa do Açú.



IMAGEM 16- Manguezal da Lagoa do Açú apresentando assoreamento.



IMAGEM 17- Espécies exóticas e cercas ilegais às margens da Lagoa.

Lagoa Salgada



IMAGEM 18- Atividade de pesca artesanal às margens da Lagoa Salgada.



IMAGEM 19- Cercas ilegais as margens da Lagoa Salgada.

Lagoa de Iquipari



IMAGEM 20- Assoreamento na Lagoa de Iquipari.



IMAGEM 21- vista da porto em construção nas margens da Lagoa de Iquipari

ANEXOS
Anexo 2: Comitativa da Esperança

Comitiva da esperança

Frequentemente a Petrobras dá sinais claros de que nem sempre toma suas decisões em consonância com o governo federal, maior acionista da empresa. Muitas vezes, como agora, está ocorrendo com a tão falada refinaria a ser construída em Itaboraí, o governo anuncia investimentos novos na área de petróleo e a estatal leva bom tempo para, na prática, confirmar o que foi anunciado. "A refinaria é nossa", carro chefe de uma campanha da então governadora Rosinha, já pensando, na época, na Prefeitura de Campos, começa a ser reclamada pelas autoridades e pela população de Itaboraí, onde, a princípio, será construída.

Para um Estado responsável por 83% da produção nacional de petróleo e que tem apenas uma refinaria em atividade, a Reduc, operando 12% da produção total do país, a construção de uma nova refinaria em território fluminense é uma questão de justiça. Com o gradativo aumento da produção nacional, a ser acelerada com as descobertas nas camadas do pré-sal, governo e Petrobras devem acelerar as obras da refinaria, antes que outros Estados, politicamente mais poderosos e influentes, se credenciem para essa conquista.

No caso de Campos, as frustrações com a Petrobras são antigas, tendo início quando a empresa estatal optou por Macaé para ser a base das operações da Bacia que recebeu, decepcionando as fortes esperanças e que, enfim, justiça seria feita a um município com melhor infra-estrutura e maior poderio econômico daquele que foi escolhido. Antes,

segundo o então Ministro e ex-presidente da estatal Shigeaki Ueki, Campos receberia, como compensação, uma unidade de amônia-uréia que, com o correr dos anos, não passou de mais uma promessa entre tantas outras não concretizadas pelo governo federal.

Hoje, com a agroindústria canavieira, sua principal e histórica atividade econômica, mergulhada há bom tempo em persistente crise, resta a Campos, São João da Barra e o Norte Fluminense, acreditar no porto do Açú, empreendimento que vem sendo levado a cabo pelo empresário Eike Batista. O complexo do Açú, projeto ousado de um empresário bem sucedido, tem tudo, assim que for concluído, para capaz de alavancar a economia regional e, mais do que isso, ser capaz de restaurar na comunidade a certeza de que o desenvolvimento finalmente acontecerá.

Ao se deslocar para a China a fim de otimizar entendimentos com empresários e governos do país que mais cresce no mundo, a comitiva da esperança liderada pelo governador Sérgio Cabral e integrada, entre outros, por Eike Batista e a prefeita sanjoanense Carla Machado, esperanças renascem nesta região carente de recursos e de representação política autêntica e atuante. Com o porto, plenificado em sua atividade, é dado o primeiro passo para a comunidade regional substituir, com certa razão, o pessimismo de ontem pelo otimismo de hoje.

* CONSULTOR GERAL DA FOLHA DA MANHÃ

ANEXOS
Anexo 3: Questionário

**TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS
SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
COMPLEXO PORTUÁRIO DA BARRA DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DA BARRA / RJ.**

Entrevistador:.....Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____

Sexo: ()M ()F

Anos de Escolaridade: _____

ORIGEM

1. Você nasceu nesta localidade?

() sim () não

2. Se não, há quantos anos você mora neste local? _____

3. Antes de morar aqui, a sua família morava aonde?

4. Quais foram os principais motivos da mudança para este local?

=====

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

=====

5. Número de pessoas morando neste domicílio: _____

6. Qual é a renda mensal total da família vivendo no domicílio (em salários mínimos) ?

7. Composição familiar

Nome	Relação de parentesco com o dono	Sexo	Idade	Principal Ocupação profissional	Anos escolaridade

8. Qual sua principal ocupação/atividade econômica?

R: _____

9. Possui mais de uma ocupação/atividade econômica?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

ESTRUTURA DOMICILIAR

10. Condição do Imóvel onde mora

() Próprio () Alugado () Cedido () Outros:

11. Número de cômodos: _____

12. Se for proprietário do imóvel onde reside, possui mais de um imóvel?

R: _____

Se sim, onde?

R: _____

=====

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

=====

13. O banheiro de sua residência está ligado a que tipo de escoadouro?

() córrego, rio () vala
 () fossa séptica () lagoa
 () fossa rudimentar () não tem

14. Sua residência possui água encanada e tratada?

() sim () não

15. Se não, qual a forma de abastecimento de água?

R: _____

16. A sua residência tem coleta periódica de lixo?

() sim () não

17. Se sim, quantas vezes por semana?

R: _____

Se não, o que faz com o lixo produzido neste domicílio?

() Queima
 () Enterra
 () Joga numa lagoa

- () Joga na frente da casa
() Outro (Especifique): _____

18. Possui energia elétrica?

- () sim () não

19. Quando acontecem enchentes, sua casa é afetada?

- () sim () não

Se sim, como?

R: _____

=====

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

=====

20. É proprietário de terras?

- () sim () não () Não sabe/Não respondeu

Caso SIM, qual o tamanho da área da propriedade?

R: _____

SE A RESPOSTA FOR NÃO, PULAR PARA A QUESTÃO 27

21. Qual a principal atividade econômica da propriedade?

R: _____

22. Mora permanentemente na propriedade?

- () sim () não () Não sabe/Não respondeu

23. Se não, indicar onde reside: _____

24. Há quanto tempo mora nesta propriedade? _____

25. No último ano, empregou alguém na sua propriedade além dos membros de sua família?

- () sim () não () Não sabe/Não respondeu

Se sim, o vínculo empregatício foi

- () fixo () temporário (p/períodos ou tarefas)

26. Como obteve suas terras? _____

=====

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

=====

27. Existe associação de moradores na sua localidade?

- () sim () não () não sabe

Caso SIM, você é associado?

- () sim () não () não sabe

28. Participa das reuniões?

- () sim () não () não sabe

29. Participa de algum tipo de grupo organizado?

() sim () não () não sabe

30. Caso SIM, qual?

31. Desde quando?

32. Como você avalia a atuação da associação/ Ongs, em relação à solução dos problemas da sua localidade?

- () muito boa
- () boa
- () mais ou menos
- () fraca
- () muito fraca
- () não sabe

33. Cite os CINCO principais problemas encontrados na sua localidade:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

34. Quem deveria executar as mudanças necessárias em relação a estes problemas?

- () Associação de moradores
- () Estado
- () Prefeitura Qual? _____
- () Empresários
- () A população
- () Todos estes
- () Outro (Especifique): _____

=====

SOBRE A LOCALIDADE

=====

35. Considera esta localidade um local bom para morar?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

Por que?

36. Em sua opinião, quais os principais pontos em que esta localidade precisa melhorar para que a qualidade de vida daqui aumente?

37. Para o senhor/a o que vem a ser “meio ambiente”

38. O que seria um “problema ambiental” para você?

39. Que tipo de “problema ambiental” mais afeta a sua vida e da sua família?

40. Quais seriam, em sua opinião, os cinco principais problemas ambientais enfrentados na região?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

41. Quais foram as principais mudanças que você notou no local ao longo dos 10 últimos anos?

42. Você conhece alguma organização criada para proteger o meio ambiente da região?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

43. Se sim, qual o nome desta organização, e quais os tipos de ações que realiza?

44. De quem você considera que seja a responsabilidade pela solução dos problemas enfrentados pelo meio ambiente na sua localidade?

- () Prefeitura Municipal
- () Governo Estadual
- () População
- () ONGs e associações
- () Todos estes
- () outros _____

45. Em sua opinião, qual é a importância das Lagoas e Brejos desta região ?

46. Você considera que as lagoas e brejos estão poluídos?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

Caso SIM, que tipo de fonte de poluição está afetando as lagoas?

47. Você acredita que a forma como ocorreu o processo de crescimento urbano desta localidade contribuiu para degradar as Lagoas e Brejos da região?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

Por quê?

48. Você acredita que houve alguma mudança importante na área em volta das Lagoas nos últimos dez anos?

sim não Não sabe/Não respondeu

Caso SIM, quais foram essas mudanças?

49. Na sua opinião qual das atividades abaixo mais prejudicam o ambiente natural da região?

- poluir as lagoas
- pescar durante o defeso
- jogar lixo na rua/na praia
- jogar esgoto sem tratamento nas lagoas e brejos
- fazer aterros
- Todos estes
- Outro _____

=====

COMPLEXO PORTUÁRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

=====

50. A sua vida esta sofrendo transformações com as mudanças ocorridas na região, em decorrência da construção do Complexo Portuário do Açú?

sim não Não sabe/Não respondeu

Por que?

51. Como o senhor e mantém informado acerca do que está acontecendo na construção do Complexo Portuário?

52. O Sr. Participou de alguma reunião sobre o Complexo Portuário do Açú?

sim não Não sabe/Não respondeu

Se sim, o que foi discutido nesta reunião?

53. Quem organizou esta reunião?

54. O Sr. Acredita que o Complexo Portuário do Açú é um empreendimento que pode melhorar e desenvolver a região?

() sim () não () Não sabe/Não respondeu

Por que?

55. Quais seriam os benefícios que serão gerados pela construção do Complexo Portuário do Açú?

56. Quais seriam os possíveis malefícios que serão gerados pela construção do Complexo Portuário do Açú?

57. Você já teve algum envolvimento direto nas atividades relacionadas às obras que estão acontecendo no Complexo Portuário do Açú.

() sim () não () Não sabe/Não

Se sim, qual? Em qual setor?

58. Algum membro da sua família está trabalhando nas obras do Complexo Portuário do Açú.

() sim () não () Não sabe/Não

Se sim, em que condição ou função

59. Em relação ao futuro aqui depois da construção do Complexo Portuário, o Sr (Sra) está:

- () Muito Esperançoso
- () Esperançoso
- () Indiferente
- () Pessimista
- () Muito Pessimista

Por que?

60. Escreva aqui detalhes que você notou durante a entrevista e que poderão ser importantes na análise final dos dados.

ANEXOS
Anexo 4: Roteiros de entrevistas

ENTREVISTA COM LÍDERES COMUNITÁRIOS – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

1. Nome do entrevistado
2. Qual é a sua idade?
3. Onde nasceu?
4. Desde quando mora nesta localidade?
5. Se não mora no aqui desde que nasceu, por que se mudou para cá?
6. Onde morava antes de vir para esta localidade?
7. Qual é a sua profissão?
8. Qual é a sua principal fonte de renda na baixa temporada (fora a época do verão)? E no caso, da alta temporada (verão)?
9. Há quanto tempo a Associação/ foi criada, e neste período a Associação? Desenvolveu algum trabalho relacionado à questão ambiental?
10. Em sua opinião, quais são os principais problemas locais?
11. Quais são as principais prioridades da Associação de Moradores neste momento?
12. Há quanto tempo o senhor (a) é presidente (a) da Associação ? Qual é o número de associados?
13. Quantos pagam a contribuição mensal da associação?
14. Qual é o valor da mensalidade e quanto tempo dura o mandato?
15. De que forma foi eleito (a)? Eleição em urna, assembléia, etc?
16. A comunidade procura a Associação para resolver algum tipo de problema? Quais são os tipos de problemas que mais aparecem?
17. Quais são as principais questões discutidas nas reuniões realizadas pela associação?
18. Como o senhor avalia o nível de participação da comunidade em atividades promovidas pela Associação?
19. Quando foi realizada a ultima assembléia geral da associação? E o que foi discutido?
20. Esta localidade mudou em que sentido nos últimos anos, em termos de infraestrutura, número de habitações, atividades econômicas? Se sim, quais foram as principais mudanças que o senhor pode identificar
21. Quem foram os responsáveis por essas mudanças?
22. Em sua opinião, as condições de vida aqui na localidade tem mudado ao longo do tempo? Se sim, de que forma?

23. No que se refere ao meio ambiente, quais foram em sua opinião as principais mudanças ocorridas aqui na região(lagoas, brejos, mangue, restinga, praia)?
24. Quem foram os responsáveis por essas mudanças?
25. O senhor considera que o ambiente natural da região (lagoas, brejos, mangue, restinga, praia) tem sido poluído? Se sim, por quais fontes de poluição?
26. O senhor tem conhecimento de alguma atividade realizada pela Prefeitura de SJB já fez ou tem feito para melhorar a situação ambiental aqui?
27. A que o senhor se remete quando ouve falar na palavra desenvolvimento?
28. O senhor acha que esta região tem se desenvolvido nos últimos anos? Se sim, em que sentido? Quais são os principais resultados deste desenvolvimento?
29. Qual é sua a visão sobre a construção do Complexo Portuário do Açú?
30. Como o Sr.(a) quais são as principais mudanças estão ocorrendo na região em função da construção do Complexo Portuário-Industrial do Açú?
31. Quais são os benefícios e malefícios que o senhor associa à construção do Complexo Portuário do Açú?
32. Quais os impactos que o senhor/a prevê irão acontecer no Açú com a construção do Complexo Portuário e Industrial?
33. O senhor acredita que o Complexo Portuário e Industrial do Açú é um empreendimento que poderá melhorar a sua localidade? Se sim, de que forma? Se não, por quê?
34. Do ponto de vista da informação oferecida aos moradores acerca da construção do Complexo do Açú, o que senhor tem visto acontecer por aqui? Reuniões? Oficinas? O que?
35. Em relação ao passado e ao presente aqui, quais são as coisas que mais melhoraram e as que mais pioraram em sua opinião?
36. Qual seria uma condição ideal aqui na localidade? Isto é, qual seria a melhor situação a que o local poderia chegar?
37. Quais e como eram as manifestações culturais mais importantes daqui (festas, forró)? Isto tem mudado no tempo? Se sim, como?
38. De uma nota de 0 a 10, como o senhor acha que o Açú vai ficar depois que o Complexo do Açú estiver em funcionamento?

ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS

AMBIENTAIS

1. Nome:
2. Formação profissional:
3. Posição dentro da Secretaria ou órgão:
4. Há quantos anos ocupa o cargo que ocupa atualmente?
5. Em sua opinião, o que se deve entender quando é mencionado o conceito de desenvolvimento?
6. E na questão específica do chamado desenvolvimento sustentável, o que viria a ser isto em sua opinião?
7. Ainda na questão do desenvolvimento sustentável, quais medidas já definidas para sua implementação aqui em SJB?
8. Quais são os principais problemas ambientais existentes em SJB neste momento?
9. O senhor acredita que é possível alcançar o crescimento na região sem agredir e alterar o meio ambiente natural? Se sim, como? Se não, por quê?
10. Em sua opinião, de que forma a construção do Complexo Portuário vai contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população local?
11. Quais têm sido as principais ações do Poder Público Municipal em relação aos problemas ambientais existentes em São João da Barra?
12. Em relação à instalação do Complexo Portuário, a Prefeitura fez algum levantamento acerca dos possíveis impactos (positivos e negativos) que dela podem resultar?
13. O senhor (a) saberia informar PMSJB já desenvolveu algum tipo de planejamento acerca dos procedimentos que seriam implementar amenizar ou reduzir os impactos ambientais que pode ocorrer com a construção do Complexo Portuário?
14. O senhor saberia informar se o Poder Público Municipal já possui um planejamento em torno das ações que pretende seguir para promover a Sustentabilidade Ambiental da região no entorno do Complexo do Açú?
15. Em sua opinião, quais seriam as responsabilidades da sua secretaria (ou órgão) em relação à mitigação dos possíveis impactos ambientais que podem ser causados pelas obras do Complexo Portuário?

16. O senhor saberia informar que tipo de medidas tem sido tomado para envolver mais diretamente a população local na construção e operação do complexo do Açú? Se sim, quais?
17. Em sua opinião, de que forma seria possível reduzir os impactos ambientais que podem ocorrer em função da construção e, posteriormente com as atividades industriais e portuárias?
18. Em sua opinião, Como o Poder Público Municipal e órgãos ambientais poderão contribuir para promover o compromisso das empresas com a responsabilidade social e ambiental na área do complexo do Açú?
19. Que tipo de ação tem sido realizado para garantir a preservação da zona litorânea (restinga, mangues, brejos, lagoas, praia) no município de SJB, e em especial na área do Açú?
20. Do ponto de vista do seu órgão ou secretaria, quais têm sido as principais ações realizadas ao longo de 2008 para garantir a proteção do ambiente?

ENTREVISTA PARA O SETOR PRIVADO - REPRESENTANTES DA MMX

1. Nome:
2. Formação profissional:
3. Posição dentro da MMX:
4. Em que ano o Grupo MMX iniciou suas operações?
5. Em que regiões do Brasil a MMX possui filiais, e quais são seus principais ramos de atuação neste momento?
6. Como o senhor caracterizaria a importância do Complexo do Açú na estratégia de crescimento e consolidação do Grupo MMX?
7. Qual o valor estimado deste empreendimento?
8. Quais são as principais fontes de financiamento da obra?
9. Em termos dos custos de instalação (i.e. compra de terras, estabelecimento de infraestrutura básica para início das obras, etc.), quanto já foi investido pela MMX?
10. O Grupo MMX estabeleceu algum tipo de mecanismo de relacionamento direto com a Prefeitura Municipal de São João da Barra? Se sim, de que tipo?
11. Qual é o tamanho do contingente de pessoal envolvido nas obras e qual porcentagem é de trabalhadores terceirizados?
12. O senhor acredita que a implantação do complexo industrial e portuário poderá acarretar algum impacto significativo nas condições de vida da população que vive na região de entorno. Se sim, que tipo de impacto?
13. O Grupo MMX criou algum tipo de canal para interagir com comunidade local para a natureza e os possíveis impactos decorrentes da instalação do Complexo do Açú? Se sim, de que tipo?
14. Na sua opinião, de que forma a existência do Complexo Portuário vai contribuir para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população que tradicionalmente reside na sua região de entorno.
15. Qual porcentagem do pessoal empregado nas obras do complexo residia anteriormente na própria região?
16. Quais têm sido os principais obstáculos para a contratação de mão-de-obra local?
17. Por que a região do Açú foi escolhida para abrigar o complexo portuário-industrial da MMX?
18. Quais foram as garantias oferecidas pela sua empresa para obter a licença ambiental necessário para o início do empreendimento?

19. Quais são as principais características do sistema de gestão ambiental utilizado pela MMX para empreendimento do porte do complexo do Açú?
20. De que forma a questão da Sustentabilidade Ambiental foi inserida na estratégia de crescimento e expansão da MMX?
21. Qual o tamanho da equipe de funcionários encarregados especificamente da parte de gerenciamento ambiental aqui no complexo do Açú, e qual é a formação de seus componentes?
22. Quais os órgãos ambientais que a empresa tem mantido contato em função das atividades sendo realizadas na construção do Complexo do Açú?
23. Como a empresa está trabalhando para minimizar o impacto ambiental que pode ocorrer com a construção e, posteriormente com o início das atividades industriais e portuárias no complexo do Açú?
24. Que procedimentos a empresa pretende utilizar para amenizar ou reduzir os impactos ambientais que pode ocorrer com a construção do Complexo Portuário?
25. Desde o início das obras, a empresa recebeu alguma notificação por um órgão governamental da área ambiental (Ibama, Feema, etc.)? Se sim, por qual motivo?
26. A região do Açú encontra-se numa área de extremo interesse ambiental, pois possui em seu entorno, a presença de manguezais, lagoa, brejos, restingas, pontos de desova das tartarugas marinhas e remanescentes de Mata Atlântica. Quais as estratégias que estão sendo adotadas para minimizar possíveis impactos ambientais decorrentes da construção do complexo do Açú?
27. Por que no caso da termelétrica, decidiu-se pelo uso de padrões de limites de emissão de poluentes europeus e não brasileiros?

ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO INEA

1. Nome:
2. Formação profissional:
3. Desde quando trabalha na INEA?
4. Posição dentro da INEA:
5. Quantas pessoas trabalham atualmente no escritório local da INEA?
6. Qual é orçamento anual do escritório da INEA em Campos?
7. Qual é a área de jurisdição do escritório
8. Há quantos anos ocupa a posição que em que atue neste momento?
9. Do ponto de vista da INEA, quais têm sido as principais ações realizadas ao longo de 2008 para garantir a proteção do ambiente na região norte fluminense?
10. Que tipo de preocupação a questão da logística de off-shore e com os terminais portuários sendo construídos aqui na nossa região tem despertado no âmbito da INEA?
11. A INEA chegou a colocar algum tipo de impedimento para algum projeto proposto para ser executado no complexo portuário do Açú? Se sim, por que/
12. Quantos projetos relacionados ao complexo portuário do Açú estão sendo analisados pela INEA neste momento?
13. O senhor poderia descrever os procedimentos que envolveram o processo de concessão de licença ambiental para a construção do porto do Açú, da termelétrica a carvão e da retroárea industrial de porto Açú?
14. De quantas audiências públicas a INEA participou no âmbito do complexo do Açú, e quais foram as principais questões levantadas nestas audiências tanto no que se refere aos pontos positivos como nos negativos?
15. E o senhor, quais seriam as principais questões (positivas e negativas) que vê neste tipo de empreendimento?
16. O senhor acredita que é possível alcançar o crescimento na região sem agredir e alterar o meio ambiente natural? Se sim, como?
17. Que tipos de ações estão sendo planejadas para promover a Sustentabilidade ambiental da região no entorno do Complexo do Açú?
18. Em sua opinião, de que forma seria possível reduzir os impactos ambientais que podem ocorrer em função da construção e, posteriormente com as atividades industriais e portuárias como as que estão sendo construídas no Açú e na Barra do Furado?

19. Em sua opinião, de que forma o poder público municipal e outros órgãos ambientais poderão contribuir para verificar o cumprimento dos compromissos das empresas com a responsabilidade sócio-ambiental na área do complexo do Açú?
20. Diante da construção de empreendimentos como o mineroduto, o porto off shore e a usina termelétrica a carvão mineral, entre outros projetos que poderão surgir, quais seriam as responsabilidades da INEA para garantir a mitigação dos possíveis impactos ambientais que podem ser causados pelas obras do Complexo Portuário?
21. Que tipo de ação tem sido realizado para garantir a preservação da zona litorânea (restinga, mangues, brejos, lagoas, praia) no município de SJB, e em especial na área do Açú?